



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DA AMAZÔNIA



DANIELLE RODRIGUES DIAS

**ESPAÇO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MOBILIDADE POPULACIONAL
NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ**

Belém
2014

DANIELLE RODRIGUES DIAS

**ESPAÇO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MOBILIDADE POPULACIONAL
NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ**

Dissertação apresentada para a obtenção do Título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.
Área de Concentração: Gestão Ambiental
Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

Belém
2014

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA**

Dias, Danielle Rodrigues.

Espaço, políticas públicas e mobilidade populacional na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá / Danielle Rodrigues Dias. - 2014

94 f.: il.; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha

Coorientador: Prof^o Dr. André Luis Assunção de Farias.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2014.

1. Administração Pública – Curuçá (PA). 2. Comunidades rurais – Curuçá (PA). 3. Planejamento e políticas públicas - Curuçá (PA). 4. Desenvolvimento Sustentável. I. Rocha, Gilberto de Miranda, *orient.* II. Farias, André Luis Assunção de, *coorient.* III. Título.

CDD: 23. ed. 354.2793098115

DANIELLE RODRIGUES DIAS

**ESPAÇO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MOBILIDADE POPULACIONAL
NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ**

Dissertação apresentada para a obtenção do Título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.
Área de Concentração: Gestão Ambiental

Data: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
(Orientador- NUMA/UFPA)

Profº Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho
(Presidente da banca- NUMA/UFPA)

Profº Dr. André Luis Assunção de Farias
(Examinador interno- NUMA/UFPA)

Profª Drª. Márcia Aparecida da Silva Pimentel
(Examinadora externa- PPGEIO/UFPA)

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento a Deus, verdadeiramente devo a ele a conclusão dessa dissertação, tamanha gratidão a cada dificuldade superada.

Aos meus pais Isabel e João, por todo apoio empreendido nesses longos meses, principalmente a minha mãe, pela imensa compreensão. Às minhas irmãs e sobrinhos, sempre tão próximos em mais uma caminhada que se encerra.

Meus agradecimentos mais que especial a minha avó Luzia, aos cuidados dedicados no decorrer da pesquisa da pesquisa de campo, quando me recebeu com muito amor e carinho em sua casa. Assim também aos meus tios Félix e Liliana, e o primo Renato “Jow” pela companhia às incursões pelas comunidades, foram tantos quilômetros percorridos de moto e tantos ramais desconhecidos que visitamos. Agradeço imensamente por confiar no meu trabalho.

Aos meus amigos que ajudaram a consolidar esta dissertação, empreendendo tempo de dedicação nas leituras e apoio incondicional: Silvana, posso chamá-la de irmã, amiga de todas as horas, sempre pronta a me ajudar; João Júnior pelas contribuições na construção do trabalho e com a cartografia; Tiago Ramos e família (Ivanilde e Cléo), sinceramente agradeço a Deus por vocês terem confiado no trabalho que realizo. À Elisângela e Shaji pelo apoio e compartilhamento de informações e experiências, fundamental no momento inicial da pesquisa.

Aos colegas que contribuíram diretamente e indiretamente compartilhando experiências e apoio: Andreza Cardoso, Agenilson Santos, Carolina Borges, Marta Amorim e Eduardo Duarte. Ao Sr. Elielson pela concessão de dados referentes ao Programa Nacional de Habitação Rural. À Elisângela Silva, pela revisão do texto final.

Ao meu orientador Gilberto de Miranda Rocha pela paciência e apoio à realização da pesquisa, sobretudo por ter apresentado o tema da dissertação e ainda pela significativa contribuição no decorrer da construção da dissertação. Ao meu coorientador André Farias, pelo apoio e incentivo para fazer o mestrado, pelas valiosas sugestões na dissertação e por

confiar no trabalho que desenvolvo. Ao Professor Mário Vasconcellos Sobrinho, a me acompanhar desde a iniciação científica, com generosas contribuições na minha formação acadêmica e para o desenvolvimento da dissertação.

Á todas as lideranças e presidentes de associações: Carlinhos, D. Odenize, “Jeco”, Nélio, D. Wilma, Ivone, Sr. Faustino, Walmir, Alciney e ainda, as sessenta e nove famílias que me receberam nas comunidades da RESEX MGC, com tamanha hospitalidade e carinho contribuindo efetivamente no desenvolvimento da pesquisa.

*[...] Mudar em movimento,
mas sem deixar de ser
o mesmo ser que muda.
Como um rio.*

Thiago de Melo

RESUMO

As Reservas Extrativistas foram criadas tendo como objetivo básico de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger as populações extrativistas que realizam atividades sustentáveis, de forma a garantir a permanência dessas populações na área. De tal modo, se realiza um estudo de caso na Reserva Extrativista marinha Mãe Grande de Curuçá (RESEX MGC) com o objetivo de investigar como se constituiu a intervenção das políticas públicas em dezoito comunidades da RESEX MGC, salientando o uso dos recursos naturais pelas populações extrativistas e as consequências para a mobilidade populacional. Para isso se realizou uma pesquisa de campo utilizando uma amostra para aplicação de questionários e entrevistas nas comunidades que integram a reserva, pois se tratou de identificar as ações implantadas. A partir de então, as principais políticas públicas para a RESEX se direcionaram para o setor social e ambiental, por meio da execução do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Programa bolsa verde e de Assistência Técnica de Extensão rural. As ações governamentais implantadas na RESEX MGC forneceram subsídios para a manutenção da população na área, ademais, no caso da mobilidade populacional na RESEX MGC, constatou-se que os principais motivos que ocasionaram a mobilidade, tais qual o trabalho e a educação, estiveram ausentes do planejamento de projetos e ações para os primeiros onze anos da reserva, mas além do trabalho e educação, as características da mobilidade populacional foram a mobilidade sazonal e a mobilidade de retorno a comunidade, por isso se resgatou o sentido de pertencimento e a ligação com o lugar de origem que dentre outros fatores foi fundamental para o registro de retorno ao município.

Palavras-chaves: Políticas públicas. Reserva extrativista marinha mãe grande de Curuçá. Mobilidade populacional. Extrativistas.

ABSTRACT

Extractive Reserves were created with the basic to ensure the sustainable use of natural resources and protect the populations that carry sustainable extractive activities goal, to ensure the permanence of these populations in the area. So, it makes a case study of the “Mãe Grande de Curuçá” Marine Extractive Reserve (MGC MER) aiming to investigate how it was the intervention of public policies in eighteen communities RESEX MGC, emphasizing the use of natural resources by populations extraction and consequences for population mobility. To do that conducted a field survey using a sample of questionnaires and interviews in communities to the reserve because it came to identifying the actions implemented. From then on, the main public policies for RESEX were directed to social and environmental sector through the implementation of the National Rural Housing Program (PNHR), Green and Technical Assistance Program Rural Extension Bag. Government actions implemented in RESEX MGC provided subsidies for the maintenance of the population in the area, moreover, in the case of population mobility in RESEX MGC, it was found that the main reasons that caused the mobility such which work and education, were absent planning of projects and actions for the first eleven years of booking but beyond work and education, the characteristics of population mobility were seasonal mobility and mobility return to the community, so if you bought the sense of belonging and connection with the place of origin and other factors was essential for recording return to the city.

Keywords: Public Policies. “Mãe Grande de Curuçá” Marine Extractive. Population mobility. Extractive.

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
AUREMAG	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá
CDRU	Concessão de Direito Real ao Uso
FLONA	Floresta Nacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
RESEX	Reserva Extrativista
RESEX MGC	Reserva Marinha Mãe Grande de Curuçá
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidades de Conservação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organização dos objetivos da pesquisa.	17
Figura 2: Linha do tempo das principais mudanças decorrentes da criação da RESEX MGC	38
Figura 3 - Projeção do Terminal portuário Espadarte em Curuçá	41
Figura 4- moradia com problemas na construção	55
Figura 5- Artesanato e área de mangue na comunidade de Caratateua.....	64
Figura 6 - Praça da comunidade Boa vista de Iririteua	66
Figura 7- RESEX MGC em frente à orla na sede de Curuçá e a Casa do pescador	67
Figura 8- Rio Mocajuba no limite das RESEX's MGC e São João da Ponta.	68
Figura 9 - Escola na comunidade de Algodal e área da RESEX MGC na comunidade Arapiranga de Fora.....	70

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização das comunidades visitadas na RESEX MGC e as respectivas amostras.....	26
Mapa 2- Localização das RESEX's florestais e marinhas na Amazônia.....	35
Mapa 3- Espacialização do Número de habitações e apoio inicial nas RESEX's marinhas do nordeste Paraense.	53
Mapa 4 - Mobilidade da população da RESEX MGC.	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Atividades produtivas na RESEX MGC	44
Gráfico 2- Faixa de idade e escolaridade	46
Gráfico 3- Desmatamento e focos de calor na RESEX MGC (2000-2012)	50
Gráfico 4- Frequência das razões da mobilidade populacional	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Polos e comunidades da RESEX MGC priorizados.	20
Tabela 2- Comunidades e nº de domicílios da RESEX MGC	21
Tabela 3- Distribuição dos domicílios e comunidades por estratos.....	22
Tabela 4- Distribuição do número de domicílios por estrato e proporção de pessoas que sabem ler e escrever	22
Tabela 5- Números de domicílios da amostra e estrato de 16 comunidades que integram a Resex.....	24
Tabela 6- RESEX marinhas do litoral Paraense	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	17
2.1 OBJETIVOS	17
2.1.1 INSTRUMENTOS DA PESQUISA	18
2.1.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	19
2.1.3 DEFINIÇÃO DO TAMANHO DA AMOSTRA	22
2.1.4 RESULTADOS DO CÁLCULO DA AMOSTRA	23
2.1.5 PESQUISA DE CAMPO: NOVO OLHAR E NOVAS PERCEPÇÕES SOBRE A ÁREA DE ESTUDO	27
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E RESERVAS EXTRATIVISTAS: SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS AMBIENTAIS E PROTEÇÃO DAS POPULAÇÕES NA AMAZONIA?	28
3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA.....	29
3.2 A POLÍTICA AMBIENTAL E AS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS DA RESEX MGC	36
3.2.1 OS EXTRATIVISTAS DA RESEX MGC E O USO DOS RECURSOS NATURAIS	42
3.3 O PROGRAMA BOLSA VERDE	47
3.4 O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR).....	47
4 MOBILIDADE POPULACIONAL NA RESEX MGC	59
4.1 MOBILIDADE NA RESEX MGC: PONTO DE PARTIDA E DE CHEGADA	60
4.1.2 POLO CARATATEUA.....	64
4.1.3 POLO BOA VISTA DE IRITEUA	64
4.1.4 POLO CANDEUA	66
4.1.5 POLO SEDE.....	67
4.1.6 POLO NAZARÉ DE MOCAJUBA	68
4.1.7 POLO RAMOS	69
4.1.8 POLO ILHA DE FORA INSULAR.....	69
4.2 AS DEMANDAS DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS MARINHAS DA RESEX MGC	73

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
ANEXO A- PLANO DE UTILIZAÇÃO DA RESEX MGC	85
APENDICE A- QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS	91

1 INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação (UC) do tipo Reserva extrativista (RESEX), se originaram com o propósito de garantir ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações extrativistas, e a proteção dos seus meios de vida socioculturais, tendo em vista manter esta população na área, pois possuem a função de conciliar a ocupação humana com a utilização dos recursos naturais.

Portanto as RESEX's, são definidas como áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, onde suas práticas se baseiam no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e “apresenta como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000).

Na Amazônia, o contexto de criação de RESEX's está atrelado à luta dos seringueiros para sobrevivência na floresta, em reação a expansão dos fazendeiros de gado e os projetos de colonização na região e significou uma conquista dos moradores da floresta (BATISTA, 2010; BECKER, 2004; CUNHA, 2001; RUEDA, 1997). Assim, a criação de RESEX's, emerge em meio à luta dos seringueiros como uma solução para os problemas socioambientais na região, por meio da atuação de políticas públicas no espaço de vivência das populações extrativistas.

De tal modo, a dissertação se assenta num estudo de caso na Reserva Extrativista marinha Mãe Grande de Curuçá (RESEX MGC) que abrange uma área de 366,78 km², localizada no Município de Curuçá, no nordeste Paraense. Foi criada através do Decreto Presidencial sem número, de 13 dezembro de 2002, conforme o art. 18 da lei¹ 9.985 de 18 de julho de 2000.

A RESEX MGC teve origem com a participação da população a partir de organizações políticas, movimentos ambientalistas e ONGs, que objetivavam a busca do uso racional dos recursos naturais, que visem o ordenamento e desenvolvimento territorial. Portanto, frente às mudanças empreendidas no espaço da RESEX MGC decorrentes de sua criação, tais como o estabelecimento de ações políticas implementadas, a partir de normas de uso dos recursos marinhos pela população, ou em forma de programas governamentais, a proposta da pesquisa foi investigar como se constituiu a intervenção das políticas

¹Lei n. 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

públicas em dezoito comunidades que integram a RESEX MGC, salientando o uso dos recursos naturais pelas populações extrativistas e as consequências para a mobilidade populacional.

Neste sentido, o problema da pesquisa se estabeleceu da seguinte forma: A criação da RESEX MGC, a partir da intervenção de políticas públicas e as normas de uso dos recursos naturais pela população, foram suficientes para fixar a população na área, a ponto de evitar a mobilidade para outras cidades?

Portanto, os espaços transformados em áreas de conservação se constituem em territórios construídos envolvidos em mudanças socioambientais e continuamente são reconstruídos pela ação de indivíduos e grupos sociais, pois afetam e são afetados pelas condições locais e pelo dinamismo da natureza (COELHO et al, 2009). Assim, pretende-se identificar se as mudanças geradas pela efetivação da Reserva contribuíram e/ou contribuem para o processo de mobilidade populacional. Constata-se que a execução do Programa Nacional de Habitação Rural, o programa bolsa verde e o Programa de Assistência técnica Rural (ATER), foram e são algumas das ações que ajudaram a compor o quadro de transformações ocorridas na RESEX MGC há pelo menos onze anos.

Sustentou-se a hipótese central na qual, a execução da política ambiental que defende a proteção das populações, a conservação ambiental e as ações governamentais implantadas na RESEX MGC possuem como resultado a manutenção da população na área. Pois as intervenções na RESEX MGC, conseqüentemente devem resultar em baixo fluxo populacional de saída para centros urbanos ou para outras regiões.

Para fundamentar a pesquisa, se utiliza as referências da relação entre espaço, políticas públicas e mobilidade populacional, sobretudo estas referências balizam o entendimento da pesquisa, de modo a relacioná-las com as discussões que permearam os resultados e as reflexões. Especificamente, se buscou a definição de políticas públicas em Lahera (2006); Hiedemann (2010); Saravia (2006); Silva (2012); Souza (2006) a partir do entendimento de que a constituição de Áreas protegidas, neste caso as Unidades de Conservação da modalidade Reserva Extrativista, se estabelece como política pública de proteção ambiental (recursos naturais) e social (populações) na Amazônia.

De outro modo, a relevância das normas que passaram a vigorar no espaço e os processos decorrentes de mudanças estabelecidas na RESEX MGC, faz alusão a definição de “espaço” de Santos (2008). Além do que, a abordagem sobre mobilidade populacional ganhou fundamento a medida que se observou a necessidade de analisar os fluxos

populacionais na RESEX MGC para além de um fenômeno migratório, pois na RESEX MGC percebeu-se um fluxo de saída para centros urbanos e rurais, em diferentes tempos de duração, inclusive se identificou a mobilidade do tipo sazonal e de retorno às comunidades. Hogan (1998), assevera que a relação população e meio ambiente incorpora uma nova dimensão, e que por isso qualitativamente difere dos estudos sobre migrações.

De tal modo, a metodologia utilizada compreendeu a abordagem quali-quantitativa, estas diferentes abordagens, mutuamente são necessárias para se entender os fenômenos em estudo. Sobretudo se utilizou de métodos quantitativos para a definição da amostra, que serviu para definir os sessenta e nove questionários, aplicado em dezoito comunidades da RESEX MGC², a partir da pesquisa de campo. Realização de entrevistas com representações da RESEX e registros fotográficos.

E para isso a dissertação se estrutura em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo detalha a trajetória metodológica a qual se pautou a dissertação, tais como os objetivos, instrumentos de pesquisa, e os procedimentos para a definição da amostra. O segundo capítulo analisa a concepção das RESEX's, como política pública ambiental que objetiva a proteção das populações, e dos recursos naturais na Amazônia. A proposta foi identificar as principais políticas públicas (ações de intervenção) na RESEX MGC, programas e projetos executados na área num período de 2002 até 2014 e ainda caracterizar a população extrativista da RESEX MGC e o uso que fazem dos recursos naturais.

Objetivando investigar as consequências para a mobilidade populacional na RESEX MGC, o terceiro capítulo se formula com base na perspectiva de salientar as razões pelas quais, houve mobilidade da população, e a relação com o projeto de intervenção pública na reserva. Conforme se constatou com os resultados, houve ocorrências da mobilidade populacional motivada principalmente por trabalho e educação, porém destaca-se a mobilidade sazonal e de retorno a comunidade.

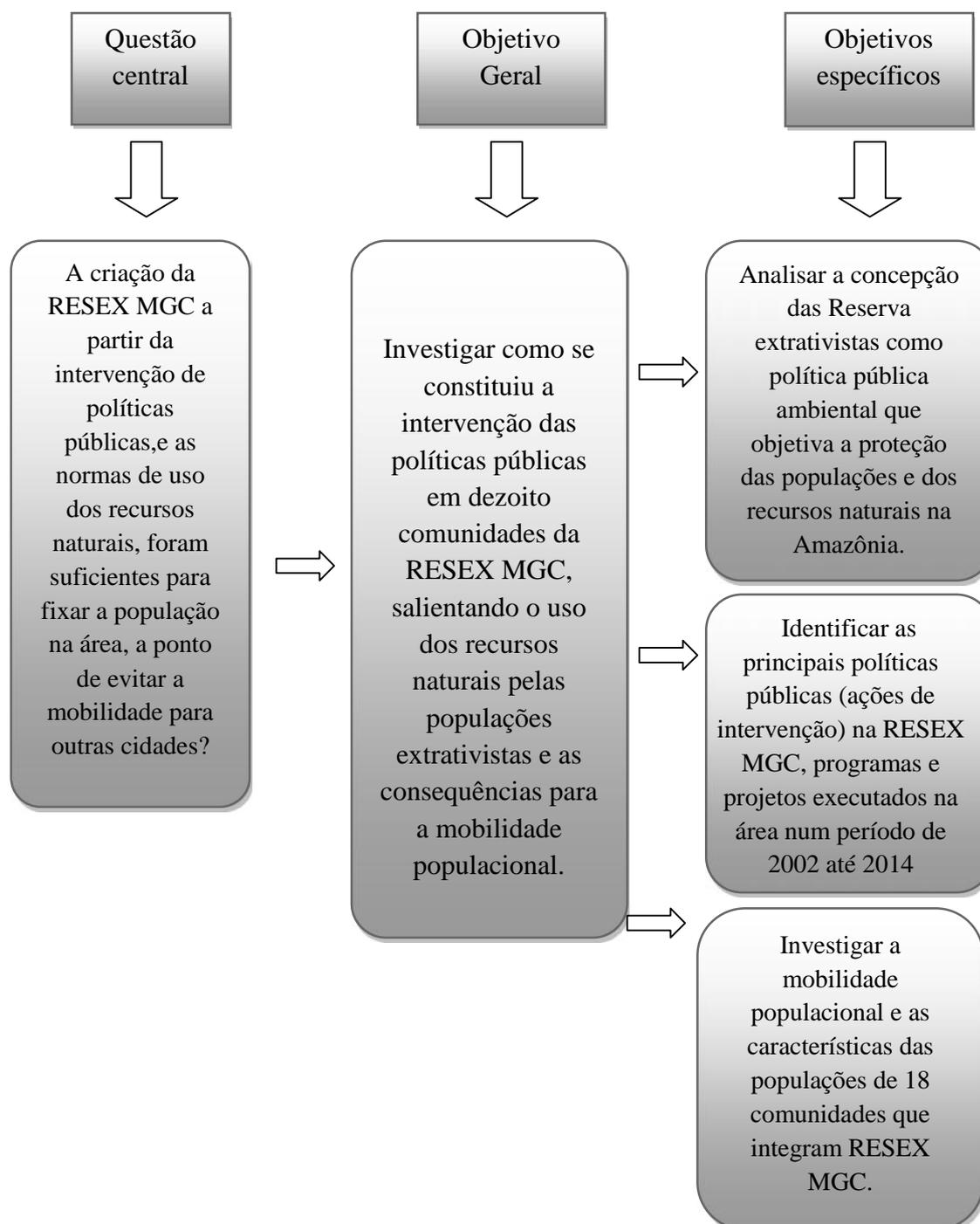
² O detalhamento da construção da amostra será abordado na seção de trajetória metodológica.

2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

2.1 Objetivos

Neste capítulo se apresenta o entendimento da estrutura da dissertação e o detalhamento dos procedimentos de definição da amostra, que resultou em sessenta e nove questionários que foram aplicados em dezoito comunidades da RESEX MGC. A figura 1 ilustra a organização da pesquisa.

Figura 1: Organização dos objetivos da pesquisa.



2.1.1 Instrumentos da pesquisa

Elucida-se que a pesquisa constitui um estudo de caso, pois o estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas sim a escolha do objeto de estudo definido pelo interesse em casos particulares (STAKE apud CHIZZOTTI, 2006). Este estudo objetiva a coleta sistemática de informações referente à RESEX MGC para melhor conhecer e identificar o contexto populacional na Resex, “os estudos de caso tendem auxiliar em tomadas de decisões ou justificar intervenções e esclarecer o porquê dessas decisões implementadas e apontar resultados” (CHIZZOTTI, 2006, p. 137).

Para a investigação referente a população extrativista e a mobilidade populacional na RESEX MGC se obteve uma amostra de sessenta e nove famílias distribuídas por dezoito comunidades que integram a reserva, onde se utilizou a aplicação do questionário. Para Cervo (2007) esta é a forma mais utilizada para coletar o que se deseja com mais exatidão. No questionário constam perguntas abertas, que permite obter respostas livres e também perguntas fechadas, que resulta em repostas mais precisas. De tal modo, a definição e procedimentos da amostra sobre as famílias e as comunidades investigadas, serão detalhados a seguir.

O uso do recurso do questionário é viabilizado, em decorrência da pesquisa de campo, pois a coleta de dados é feita no próprio ambiente da pesquisa, sendo diretamente observado pelo pesquisador (SEVERINO, 2010). Neste íterim, as informações diretamente obtidas com lideranças e representações políticas da Reserva extrativista, se deram a partir de entrevistas. Sendo esta, uma técnica que permite a interação entre duas pessoas, o entrevistador e o entrevistado, para a obtenção de informações (HAGUETTE, 1992; SEVERINO, 2010).

A entrevista oferece maior amplitude do que o questionário, pois quanto a sua organização permite, muitas vezes, explicitar algumas questões no curso da entrevista, ou mesmo reformulá-las para atender as necessidades do entrevistado. Neste caso, se fez uso de um roteiro, construído previamente com perguntas abertas, porém no decorrer da entrevista vale-se retirar ou incluir perguntas improvisadas com liberdade eventual quanto à ordem em que as perguntas são postas ao entrevistado. Este tipo de entrevista é definido como parcialmente estruturada (LAVILLE; DIONNE, 1999). No total, foram concedidas oito entrevistas com lideranças e conselheiros da reserva, e também com representações comunitárias.

As entrevistas transcritas a conter no trabalho identificarão os entrevistados pelos devidos nomes. No entanto, quando se tratar de dados colhidos durante a aplicação de questionários, onde não houve a ocorrência de gravações de áudio, e os moradores estavam cientes de que não seriam identificados, apenas foram nomeados por “morador” seguido do valor de ordem numérica, “morador 1”; “morador 2”.

A análise documental é outra forma de obter informações para compor a compreensão dos fatos e as ocorrências, a qual os fenômenos espaciais estão envolvidos. Recorre-se a documentos normativos a vigorar na reserva: decretos, portarias interministeriais, instruções normativas, e o plano de utilização.

Aos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários foram organizados com a utilização do software SPSS versão 20, e posteriormente interpretados e relacionados com o contexto da RESEX MGC.

2.1.2 Definição da amostra

Para a definição da amostra se utilizou de conhecimentos estatísticos³ a fim de obter informações mais precisas do objeto de estudo, ou seja, no sentido de levantar dados nas próprias comunidades da reserva, se propôs utilizar de métodos estatísticos para a definição de uma amostragem que viesse orientar a aplicação do questionário. Ao mesmo tempo, a aplicação do questionário pretende subsidiar a questão central da pesquisa, a partir de informações e direcionamentos necessários.

Inicialmente, os procedimentos para definir o tamanho da amostra incluíram as cinquenta e duas comunidades que integram a Resex MGC, ou seja, a totalidade das comunidades da RESEX MGC. Porém dada as condições logística e financeira, este método não foi possível. Deste modo, recorreu-se para incluir outros critérios para selecionar as comunidades a serem visitadas, a tal ponto que a amostra foi reajustada para sessenta e nove questionários em dezoito comunidades.

Tais critérios foram redefinidos no decorrer da pesquisa de campo, explicitados da seguinte forma: dada a organização das comunidades por polos, optou-se por priorizar as comunidades mais representativas e que possuem maior número de moradores de cada polo, conforme a tabela 1.

³Ressalte-se aqui a contribuição de conhecimentos estatísticos seguidos pelas orientações do Professor Dr. Sérgio Gomes.

Tabela 1- Polos e comunidades da RESEX MGC priorizados.

Polos	Comunidades
1-Cidade sede (ribeirinho)	Abade, Sede (bairro umarizal)
2-Caratateua (Ribeirinho)	Araquaim, Arupi, e Caratateua.
3-Boa Vista do Iririteua (Ribeirinho)	Cabeceiras, Boa Vista do Iririteua, São Pedro
4-Candeua (Ribeirinho)	Santo Antônio, Candeua, Murajá
5-Nazaré do Mocajuba (Ribeirinho)	Lauro Sodré e Nazaré do Mocajuba
6-Ramos (Ribeirinho)	Caju , Ramos
7-Ilha de Fora (Insular)	Mutucal, Algodal, Arapiranga de Fora

Fonte: ICMBIO, 2013. Adaptado pela autora.

Com relação aos polos, a pesquisa incluiu sete dos oito polos existentes na reserva, e no momento da aplicação dos questionários foram priorizadas as famílias que trabalham com a pesca ou com a agricultura. Contudo, manteve-se o valor da amostra proporcional, a partir dos cálculos realizados levando em conta os procedimentos iniciais feitos para as cinquenta e duas comunidades e 5.310 domicílios, formulados antes da ida a campo e explicitados a seguir.

Deste modo, os dados fornecidos pelo Instituto Peabirú⁴ são referentes ao número de domicílios das cinquenta e duas comunidades da Reserva extrativista, conforme mostra a tabela 2. Nestas comunidades existe um total de 5.310 domicílios, assim, essas informações serão utilizadas para os procedimentos necessários a determinação da amostra.

⁴ O Instituto Peabirú é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), e possui a missão de gerar valores para a conservação da biosociodiversidade na Amazônia, e atua no município de Curuçá com vários projetos dentre eles, o Projeto Agenda 21, que realizou uma série de levantamentos nas comunidades da RESEX marinha Mãe Grande Curuçá.

Tabela 2- Comunidades e nº de domicílios da RESEX MGC

Comunidade	Nº de domicílios	Comunidade	Nº de domicílios
1-Acampa	50	28-Lauro Sodré	91
2-Acaputeua Grande	65	29-Livramento	122
3-Acaputeuazinho	59	30-Marauá	135
4- Água boa	16	31-Marauzinho	70
5-Algodoal	40	32-Murajá	269
6-Ananim	143	33-Muriazinho	61
7-Andirá	37	34-Mutucal	236
8-Arapiranga	94	35-Nazaré do Mocajuba	93
9-Arapiranga de fora	12	36-Nazaré do Tijoca	138
10-Araquaim	288	37-Nova Canaã	45
11-Arupí	57	38-Pacamorema	70
12-Beira-Mar	88	39-Pauxis	9
13-Boa vista do Iririteua	200	40-Pedras Grandes	80
14- Boa vista do Muriá	16	41-Pindorama	35
15-Bom Jesus (Taperinha)	54	42-Pingo D'agua	39
16-Cabeceira	54	43-Pinheiro	23
17-Caju	116	44-Piquiateua	52
18-Candeua	104	45-Ponta da Rua	66
19-Caratateua	250	46-Recreio	35
20-Coqueiro	74	47-Santo Antonio do Tijoca	155
21-Cumeré	21	48-São João do Ramos	78
22-Curuperé	209	49-São Pedro	259
23-Iririteua	142	50- Simoa	67
24-Itajuba-	74	51-Tucumateua	25
25-Km 42	344	52-Valentim	110
26-Km50	195		
27-Km 58/ Membeca	145		
			Total de domicílios
			5.310

Fonte: Instituto PEABIRÚ/Projeto Agenda 21.

Portanto, de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, a técnica de amostragem mais adequada foi a amostragem aleatória estratificada que consiste em subdividir a população em grupos segundo alguma característica de interesse conhecida na população (COCHRAN, 1985; BOLFARINE; BUSSAB, 2005). Conforme Pocinho (2009), a amostragem aleatória estratificada é utilizada quando a população é reconhecida por características precisas, tais como a idade, o sexo, e neste caso, se utilizará a estratificação pelo tamanho de domicílios nas comunidades como mostra a tabela 1.

As razões para a estratificação são: aumentar a precisão, a eficiência e correção da amostra, redução do valor de erro padrão do estimador da população; as análises podem ser feitas para cada um dos estratos; a coleta de informações fica mais fácil

administrativamente e operacionalmente; o custo da amostragem estratificada é menor que o da amostra aleatória simples (MATTAR, 1993).

Tabela 3- Distribuição dos domicílios e comunidades por estratos.

Estrato	Número de comunidades	Total de domicílios	% em relação ao total de domicílios
1. Até 50 domicílios	14	403	7,6
2. De 51 a 100 domicílios	19	1.347	25,4
3. Mais de 100 domicílios	19	3.560	67,0
Total	52	5.310	100,0

Fonte: PEABIRU

A alocação das amostras pelos estratos será feita de forma proporcional, em que a amostra de tamanho n é distribuída proporcionalmente entre os estratos, também conhecida como amostragem estratificada proporcional, utilizando a expressão abaixo, ou seja,

$$n_h = n \cdot W_h = n \frac{N_h}{N}$$

Em que n_h é a quantidade de amostra no estrato h ($h=1$ -até 50 domicílios, 2 -De 51 a 100 domicílios, 3 - Mais de 100); N_h é o número de domicílios no estrato h ; e N é o total de domicílios na área de abrangência da pesquisa.

Definido o tamanho da amostra no estrato, elas serão distribuídas espacialmente de forma proporcional ao quantitativo de domicílios por comunidade. A escolha das unidades elementares será feita com base em uma amostragem aleatória simples, em que cada elemento da amostra tem a mesma probabilidade de ser escolhido.

2.1.3 Definição do tamanho da amostra

No cálculo do tamanho amostral considerou-se como população da pesquisa o número total de domicílios na Resex, conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4- Distribuição do número de domicílios por estrato e proporção de pessoas que sabem ler e escrever

Estrato	Número de comunidades	Total de domicílios	Proporção de pessoas que sabem ler e escrever (%)
1. Até 50 domicílios	14	403	95,0
2. De 51 a 100 domicílios	19	1.347	88,0
3. Mais de 100 domicílios	19	3.560	97,5
Total	52	5.310	-

Fonte: Pesquisa PEABIRU

A técnica utilizada para o dimensionamento do tamanho amostral, foi a amostragem estratificada proporcional. O problema da inexistência de variáveis que expressem o nível de homogeneidade das comunidades foi resolvido mediante a utilização do desvio padrão do número de anos de estudo por estrato considerando os dados obtidos por Assunção (2012), apresentados na tabela 2.

O dimensionamento do tamanho da amostra foi realizado usando a seguinte formulação (SILVA, 1988);

$$n_h = \frac{(N_h \cdot P_h \cdot Q_h \cdot Z^2)}{(N_h - 1)e^2 + P_h \cdot Q_h \cdot z^2} \quad \text{onde}$$

n_h é o tamanho da amostra do estrato h

N_h é o tamanho da população h

P_h é a porcentagem de pessoas que sabem ler e escrever no estrato h

Q_h é a porcentagem complementar no estrato h

Z é o nível de confiança

e é o erro máximo permitido

Definido o tamanho da amostra e a estratificação proporcional será feita aleatória (amostra aleatória simples) dos domicílios dentro de cada estrato.

2.1.4 Resultados do cálculo da amostra

Para o cálculo do dimensionamento da amostra foi levado em consideração o nível de confiança de 95%, com escore da curva normal de 1,96 e um erro amostral de 5,0%. Definido o tamanho da amostra por estrato realizou-se a escolha aleatória (Amostra Aleatória Simples) dos empreendimentos, dentro dos estratos.

Assim a tabela final da amostra leva em consideração, as 52 comunidades e 5.310 domicílios. O reajuste feito pode ser observado na tabela 5. Entre outros, tal ajuste foi necessário, sobretudo em virtude do tempo de conclusão da pesquisa.

Tabela 5- Números de domicílios da amostra e estrato de 16 comunidades que integram a Resex.

COMUNIDADES	Nº DOMICILIOS	AMOSTRA	ESTRATO
1-Araquaim	288	6	3
2-Murajá	269	5	3
3-São Pedro	259	5	3
4-Caratateua	250	5	3
5-Mutucal	236	5	3
6-Boa vista do Iriteua	200	4	3
7-Caju	116	2	3
8-Candeua	104	2	3
9-Nazaré do Mocajuba	93	5	2
10-Lauro Sodré	91	5	2
11-São João do Ramos	78	4	2
12-Arupí	57	3	2
13-Cabeceira	54	3	2
14-Algodoal	40	6	1
15-Pingo D'agua	39	6	1
16-Arapiranga de fora	12	2	1
Total	2186	-	-

Fonte: Peabirú

A amostra redefinida priorizou as comunidades que possuem alguma associação representativa no conselho deliberativo da RESEX MGC, pois conforme o presidente da AUREMAG

[...] cada polo tem uma e/ou duas comunidades que foram selecionadas para representação no conselho (Alcinei Negrão. Entrevista realizada dia 02 de janeiro de 2014)

As comunidades e as respectivas quantidades de questionários aplicados podem ser conferido no mapa 1, e se observa que a comunidade sede (bairro umarizal) e o Abade localizada próxima a sede da cidade foram incluídos na amostra, pois não estavam inicialmente entre as cinquenta e duas comunidades.

Na comunidade do Abade há mais de mil habitantes, podemos ressaltar também o modo de vida urbano muito presente na vida dos moradores, de outro modo, as categorias de rural e de urbano interpretadas por meio dos dados de censos diferenciam claramente cada espaço para finalidades demográficas, onde se reconhece também a natureza diferente dos recursos oferecidos dentro de cada um: produtos de floresta nos serviços de um lado, e de cidade no outro (BRONDÍZIO et al, 2008).

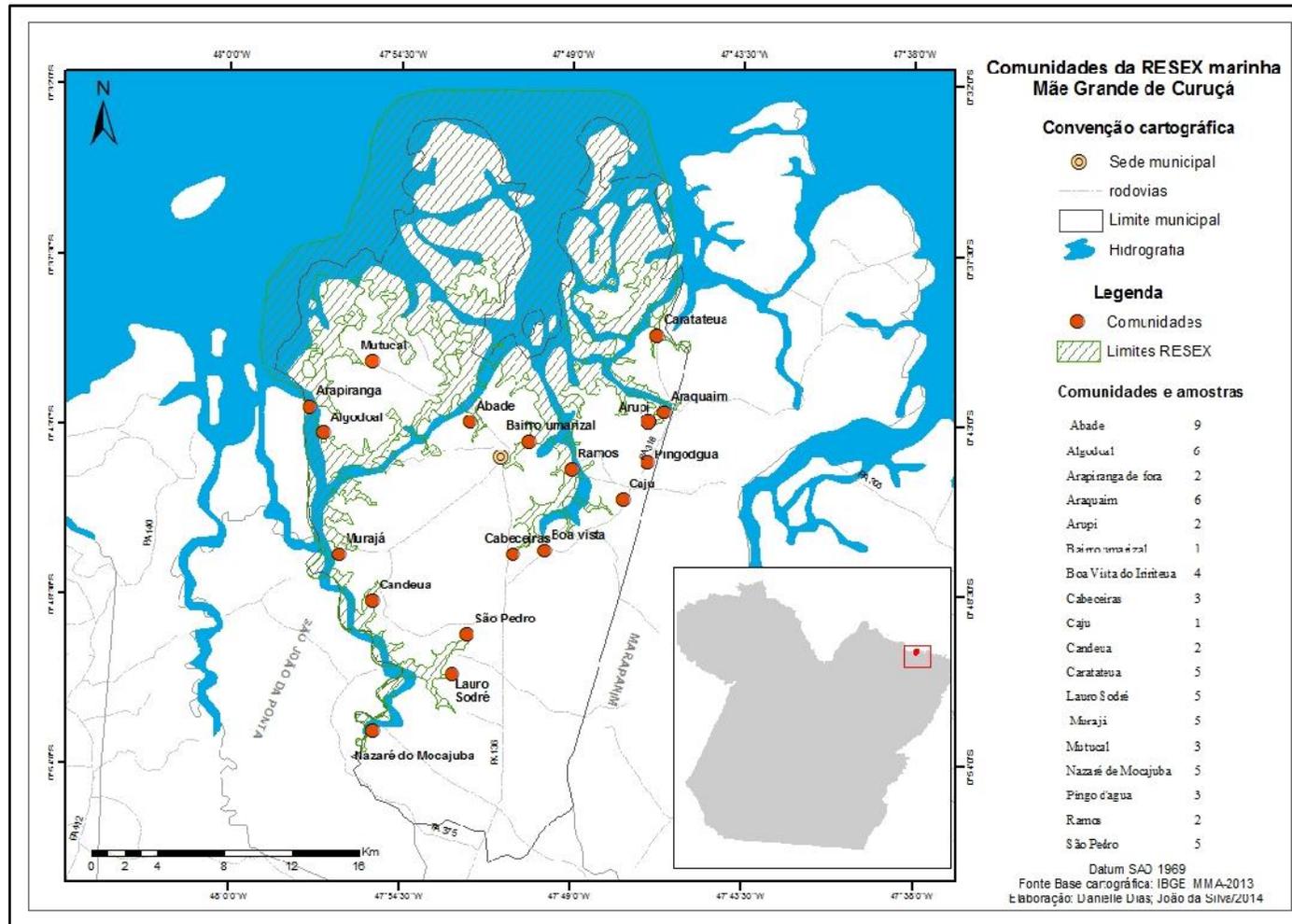
No mapa 1, estão localizadas as comunidades da RESEX MGC e as respectivas quantidades de questionários aplicados. Esta RESEX se limita ao norte com o Oceano Atlântico, a oeste com os municípios de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta,

a leste com o município de Marapanim e ao sul com o município de Terra Alta. Conforme Furtado (2008, p. 310) a paisagem e o relevo da Reserva se constitui,

[...] Rios, ilhas, furos, matas ciliares, manguezais, planalto costeiro (tabuleiros ou barrancos) e planície costeira (barras arenosas e lamosas, planícies de maré arenosa e lamosa) dunas costeiras. No aspecto geoambiental destacam-se manguezais em planícies de marés lamosas, restingas, estuários e bacias hidrográficas.

Estes aspectos naturais da área incluem esta Reserva na modalidade marinha, além do que favorecem às populações práticas de pesca, coleta de caranguejo, ostras, mexilhões e outros. Atividades estas que Furtado (2008) determina como haliêuticas, pois se utilizam basicamente dos recursos ambientais, porém praticam também a agricultura e a criação de pequenos animais. A próxima seção descreve brevemente a experiência em campo, a visita às dezoito comunidades e a principal dificuldade encontrada.

Mapa 1- Localização das comunidades visitadas na RESEX MGC e as respectivas amostras.



Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de out/2013 a fev/ 2014

2.1.5 Pesquisa de Campo: novo olhar e novas percepções sobre a área de estudo

O momento da pesquisa de campo se constituiu como humanamente rica, pois há pelo menos vinte anos conheço Curuçá, no entanto, foi imprescindível esta oportunidade de perceber a realidade de outra forma, que ajudou a construir outro olhar sobre a realidade.

Foi então que a proposta inicial de aplicar questionários em 52 comunidades se constituiu num desafio. Esperava-se ser mais fácil chegar às comunidades, para aplicar o questionário que levava em média quinze minutos, pois o tempo da conversa se prolongava ainda mais com inúmeras histórias relatadas, que ultrapassavam os objetivos da pesquisa, e se misturavam com a curiosidade de conhecer um pouco mais a história dessa população.

De tal modo, conforme se observa no mapa 1, as comunidades estão localizadas em diversos ambientes, como margens de rios e de rodovias, e a distância entre as comunidades se constituiu numa grande dificuldade para o deslocamento. Foi neste momento, que a amostra precisou ser modificada, a fim de se encaminhar a conclusão da pesquisa de campo. Dado o reajuste, a atenção quanto ao fluxo populacional na RESEX MGC também foi repensado e se decidiu incluir a perspectiva da mobilidade populacional, tendo em vista inserir uma abordagem mais qualitativa e próximo de parâmetros de autores que trabalham a temática população e meio ambiente.

Brevemente a percepção em campo demonstra o valor de se fazer uma pesquisa baseada e fundamentada na coleta de dados primários, pois excede as expectativas, o planejamento, a certeza e eleva demasiadamente as frustrações, incertezas e dúvidas de pensar e refletir o objeto que se investiga. Sobretudo quando este espaço se constitui no local de vivência de pescadores, marisqueiras, artesãos, agricultores, horticultores e tantas outras identidades, vinculadas a uma rica região que há pelo menos onze anos, teve que aprender a viver e usar os recursos ambientais de outra forma e com outro olhar.

A pesquisa de campo ocorreu entre os meses de Outubro e Dezembro de 2013, Janeiro e Fevereiro de 2014. Além dos sessenta e nove questionários, no total foram entrevistados seis conselheiros da RESEX, o chefe gestor Walmir Lima Junior, e o presidente da Associação dos usuários da RESEX MGC (AUREMAG) Alcinei Negrão.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E RESERVAS EXTRATIVISTAS: SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS AMBIENTAIS E PROTEÇÃO DAS POPULAÇÕES NA AMAZONIA?

Este capítulo destina-se a desenvolver e discutir os desdobramentos da relação entre espaço e políticas públicas. Assim tal relação passa pelo entendimento da constituição de Áreas protegidas, neste caso as Unidades de Conservação da modalidade Reserva Extrativista, como política pública de proteção ambiental (recursos naturais) e social (populações) na Amazônia.

Notadamente lança-se mão da legislação ambiental que regulamenta o uso desses espaços territorialmente protegidos. Deste modo, a criação de RESEX's, é vista neste trabalho sob a perspectiva de política de intervenção social e ambiental, entretanto, para além deste ponto vista se agrega a perpetuação de outras políticas e atores que ganham vez posteriormente ao processo de criação dessas reservas. Por isso trataremos de especificar as mudanças e as políticas executadas na RESEX MGC nas seções seguintes.

Quando se trata da definição sobre políticas públicas há uma vasta literatura que apresenta uma diversidade de abordagens, e por isso, as definições de políticas públicas assumem em geral uma “visão holística”, a perspectiva de que os fatores envolvidos no processo: indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses, mesmo se constituindo em fatores distintos são importantes quando tomados em conjunto (SOUZA, 2006).

Portanto, para o desenvolvimento de uma sociedade são necessárias decisões formuladas e implementadas por governos das distintas esferas, juntamente com demais forças da sociedade, como o mercado e os atores sociais (HIEDEMANN, 2010). Nesta perspectiva, a política pública é vista como elemento fundamental e pode ser definida como uma ação governamental a partir de um processo decisório (LAHERA, 2006; HIEDEMANN, 2010; SARAVIA, 2006; SILVA, 2012; SOUZA, 2006) na qual o objetivo é obter mudanças de determinada realidade, além do que, os autores incluem neste processo as fases de implantação e avaliação de políticas públicas.

Posteriormente ao fluxo decisório, o desenho e formulação dessas políticas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas, e algumas vezes necessitam da aprovação de nova legislação

(SOUZA, 2006). Heidemann (2010), assevera a perspectiva de política pública para além da perspectiva de políticas governamentais, pois

Não é a única instituição a servir a comunidade política, isto é, a promover “políticas públicas”. Uma associação de moradores, por exemplo, pode perfeitamente realizar um “serviço público local”, movida por seu senso de bem comum e sem contar com o auxílio de uma instância governamental superior ou distante. Outras entidades, como as organizações não governamentais (ONGs), as empresas concessionárias e as associações diversas da sociedade também se incluem entre os agentes de políticas públicas, em toda parte (HEIDEMANN, 2010, p. 31).

De tal modo, cabe pensar a forma como se originam as políticas públicas, pois geralmente correspondem a uma demanda da sociedade. Assim, ao relacioná-la a demandas, possibilita entender o contexto da sua formulação. Silva (2012) elenca várias demandas que podem gerar a política pública como: desejo, interesses, necessidades e ideologia.

Todavia na seção seguinte apresenta-se o desenvolvimento da política ambiental que sustenta e viabiliza a criação de RESEX's na Amazônia e os desdobramentos do processo da constituição desta política, por meio da legislação ambiental estabelecida.

3.1 O Contexto histórico da criação de reservas extrativistas na Amazônia.

A legislação ambiental brasileira estabelece a criação de diferentes espaços territoriais especialmente protegidos, mais ou menos restritivos, objetivando o uso sustentável dos recursos naturais, concedendo instrumentos de comando e controle da poluição e se ampara tanto na Política Nacional do Meio Ambiente com base na lei 6.938/1991, quanto na Constituição Federal de 1988 (CF de 88), quando trata deliberadamente da questão ambiental⁵.

No entanto, na Política Nacional do Meio Ambiente, constam metas relacionadas principalmente ao uso dos recursos, preservação e qualidade ambiental, bem como, imposições e restrições a determinados poluidores ou causadores de danos pela utilização dos recursos ambientais com fins econômicos. Dispõe sobre o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) onde prevê a estruturação descentralizada da gestão ambiental constituída por um órgão superior, um órgão consultivo deliberativo,

⁵O Capítulo VI é específico sobre o meio ambiente, art. 225- Constituição de 1988.

um órgão central, um órgão executor, órgãos seccionais e órgãos locais. O SISNAMA é de natureza administrativa e tem a finalidade de efetivar a gestão ambiental no Brasil.

Existem atualmente na Amazônia sessenta e oito unidades de conservação do tipo RESEX marinhas e florestais, representando um total de 136.720 km² de áreas protegidas. As RESEX's do tipo florestal foram as primeiras a serem criadas e foi por onde se deu início à discussão sobre o processo de criação dessas unidades.

A criação de RESEX's do tipo florestal na Amazônia envolveu vários movimentos que lutavam para permanecer na floresta. No entanto, as RESEX marinhas, priorizam o uso sustentável da área de maré e do ecossistema de mangue, foram criadas mais recentes e apenas no litoral do nordeste Paraense se localizam oito unidades desse tipo.

Na Amazônia a partir dos anos 60, as intensas ações do governo federal, que promoveu a indução da migração, modernização de instituições, e a criação da Zona Franca de Manaus (BECKER, 2004), originou uma intensa dinâmica no território amazônico, ao incentivar a ocupação populacional e a efetivação de projetos agropecuários e de mineração, juntamente com ações de suporte a estes projetos, como abertura de rodovias e processos de urbanização, que conformaram um cenário de exploração dos recursos naturais na região de forma excessiva.

Frente a mudanças socioeconômicas empreendidas no território Amazônico, emerge na região um movimento social que defende o direito a terra e aos espaços de vida na floresta, o movimento social dos seringueiros, que envidou a luta por criação de RESEX na região (CUNHA, 2001; BATISTA, 2010). Este movimento alcançou resultados concretos na forma de políticas públicas, Alegretti (2008) ressalta:

Ao transformar a proposta dos seringueiros em política pública, o governo brasileiro criou uma modalidade original de regularização de direitos fundiários e proteção de territórios e recursos naturais. Foi o resultado de um histórico processo de mobilização social ocorrido na Amazônia nas últimas décadas do século passado. Os atores principais – seringueiros, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu – são grupos sociais pobres e marginalizados, sem poder econômico nem força política, que têm em comum o fato de depender dos recursos naturais (lagos, florestas, rios, mar, cerrados) para obter a própria subsistência (ALEGRETTI, 2008, p.40).

Portanto, a proposta de criação de RESEX, surge como alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais, e garantia de proteção das populações que

tradicionalmente nela vivem, na medida em que os instrumentos jurídicos visam assegurar a permanência das populações, contribuindo para a redução do êxodo rural e diminuição de conflitos fundiários.

No entanto, no contexto de criação dessas reservas se destaca a importância dos movimentos sociais para garantir o direito de permanecer na floresta, sobretudo as reações do movimento dos seringueiros no Acre que emerge por volta da década de 80, voltado para a defesa das populações extrativistas da região, e desenvolveu formas de sindicalismo conforme a realidade Amazônica (ALEGRETTI, 2008; CUNHA, 2001).

Neste sentido, Alegretti (2008) formula que o movimento dos seringueiros pode ser qualificado como “novos movimentos sociais”. Almeida (2010) ressalta que estes sujeitos da questão ambiental que possuem uma construção coletiva vinculada ao surgimento de vários movimentos sociais na Amazônia, possuem formas de uso e de manejo dos recursos bem peculiar. Tais sujeitos são interpretados pelo autor como categorias coletivas que trazem a complexidade de elementos identitários, pois as nomeações dos sujeitos foram politizadas e isto, possibilitou a imposição da noção de territorialidades específicas, socialmente construídas que não se restringem a áreas oficiais definidas.

Algumas características são específicas do movimento dos seringueiros, dentre as quais se destaca: adoção da forma de fazer política a partir da sociedade civil, sendo que a mudança configura tanto contradições estruturais quanto da ação dos próprios atores; o papel dos sindicatos na busca desmedida em assegurar direitos sociais, e um fator distinto, pois se usou a mídia e as atividades de protesto para mobilizar a opinião pública, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. As ações foram convertidas em mudanças principalmente dentro de instituições do Estado (ALEGRETTI, 2008).

O movimento dos seringueiros travou uma série de confrontos com fazendeiros, posseiros e grileiros na região. Alegretti (2002) desenvolve em sua tese⁶ as fases do movimento, suas conquistas e os inúmeros assassinatos de trabalhadores rurais, ocasionados no contexto de luta pela criação de um território que garantisse aos extrativistas o direito de sobreviver, e obter como sustento os recursos naturais da floresta.

⁶Tese intitulada “A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros” (ALEGRETTI, 2002).

Outras ações bem peculiares ao movimento dos seringueiros foram os “empates”⁷, tal ação os aproximava de movimentos ambientalistas, e ainda, resgataram dos movimentos indígenas o conceito de território e de áreas reservadas, ao defender ser essa a solução para os conflitos existentes (ALEGRETTI, 2008).

Neste contexto, se torna pertinente enfatizar dois momentos que se constituíram em desdobramentos do movimento dos seringueiros: a realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em outubro de 1985, que resultou num espaço de debate com extrativistas em Brasília, referente à reforma agrária, a destruição da floresta pelo desmatamento e a necessidade de políticas para os setores como educação e saúde; e ainda houve a formulação de uma proposta de reforma agrária pautada na concepção de reservas indígenas, e neste caso, como eles são extrativistas, a reserva deveria ser uma “Reserva Extrativista” (ALEGRETTI, 2008).

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, não cabe aqui tratar a fundo o papel do movimento dos seringueiros para a conquista de criação de RESEX, mas se constitui no propósito, de que tal fato não seja esquecido, pois intensas lutas, inclusive o assassinato da liderança do movimento Chico Mendes⁸ decorreram para que se efetivasse a institucionalização desta política na Amazônia. Conforme Alegretti, (2008, p. 47) “cinco anos foram necessários para que houvesse uma definição institucional apropriada ao conceito de Reserva Extrativista e para criação das primeiras unidades”.

Ao lado das mobilizações, o governo resolve regulamentar a criação e implantação de RESEX, através do decreto nº 98.897/1990, fundamentando-se no art. 225 da Constituição Federal de 1988, art. 9º, inciso VI. Pois o art. 225 da Constituição Federal de 1988 assegura a criação de espaços territoriais especialmente protegidos. A RESEX foi então definida como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista” (BRASIL, 1990).

Alegretti (1994) reitera que anteriormente, a proposta de criação de RESEX teve formulação inicial no âmbito do programa Nacional de Reforma Agrária, sob o

⁷Ações organizadas para impedir, ou “empatar”, o corte de árvores nas áreas em conflito (ALEGRETTI, 2008, p. 42).

⁸Chico Mendes atuou como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, líder do Conselho Nacional dos Seringueiros e fundador da Aliança dos Povos da Floresta. Seu assassinato ocorreu em 27 de dezembro de 1988. Alegretti (2002) trata de modo bem específico a trajetória desta liderança.

nome de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), através da Portaria n. 627 de 30 de julho de 1987, do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

Na década seguinte a Lei federal n. 9.985 de 2002 regulamenta o art. 225, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação.

As unidades de conservação passaram a ser definidas conforme o SNUC como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (art. 2º, inciso I do SNUC).

Entretanto, para Coelho, Cunha e Monteiro (2009) as unidades de conservação não são apenas espaços territoriais de recursos ambientais, também são “territórios de conservação, territórios de vida, territórios de produção, territórios de pesquisa acadêmica” (COELHO; CUNHA; MONTEIRO, 2009, p. 68) e imprimem ideias ambientalistas e territoriais.

O SNUC, surge como um instrumento responsável pela criação e gestão de UC e apresenta definições, objetivos e diretrizes que vão orientar ações desde o processo inicial de criação até a gestão destas UC, a ser realizado em conjunto com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o Ministério do Meio Ambiente e os órgãos executores: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e os órgãos estaduais e municipais.

As UCs integrantes do SNUC, dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, na qual o objetivo básico das unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, permitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Enquanto para as Unidades de Uso Sustentável o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Dentre as modalidades de UC's criadas, as RESEX's apresentam um papel fundamental que a distingue de outras modalidades, pois sua criação se assenta na proteção do “homem” e se apresenta como um direito deste se reproduzir e se desenvolver em um meio natural (RUEDA, 1997).

A partir de então a relação entre população e ambiente é vista sob outra perspectiva, pois se constata que a própria concepção de RESEX's em seu fundamento defende a superação referente à interpretação neo-malthusiana, onde “se entende que existe uma relação quase linear entre crescimento demográfico e pressão sobre os recursos” (MARTINE, 1996, p. 9). Ou seja, o que se determina é a aptidão cultural a que estas populações desempenhem a função de conservar os recursos ambientais, desenvolvendo práticas ambientais de baixo nível de degradação.

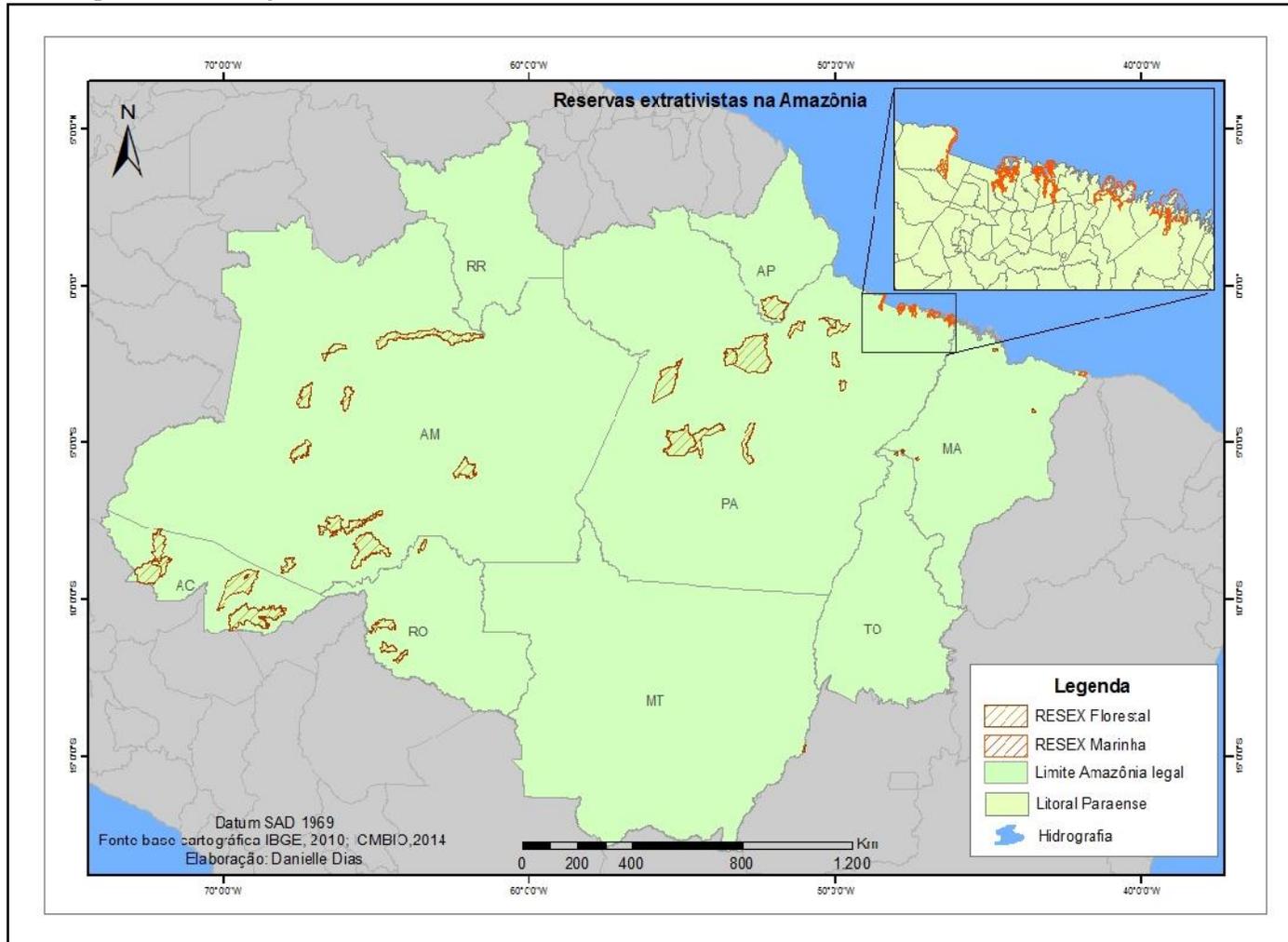
Neste sentido, a participação das populações no processo de criação e implementação de RESEX é requisito indispensável, uma vez que se inicia com criação de associações e/ ou cooperativas representativas das comunidades extrativistas, sob a perspectiva de intermediação entre o poder público e a população local, de modo a satisfazer às demandas destas populações (BRASIL, 2000; RUEDA, 1997).

Assim sendo, Coelho, Cunha e Monteiro (2009) enfatiza a importância da mobilização popular no processo de criação de RESEX, para o reconhecimento das populações e para a regularização fundiária desses territórios, pois a “bandeira de criação de unidades de conservação” foi essencial para a regularização fundiária na região.

O mapa 2 identifica a localização de RESEX na Amazônia e no litoral Paraense. Pois no estado do Pará existem vinte RESEX, sendo que apenas no litoral Paraense se localizam nove RESEX's do tipo marinhas: São João da Ponta, Mãe Grande de Curuçá, Maracanã, Tracuateua, Caeté-Taperaçú, Arai-Peroba, Gurupi-Piriá, Chocoaré Mato grosso e Soure.

A primeira RESEX Marinha do Pará foi criada em 2001, a RESEX de Soure, localizada na costa nordeste da ilha do Marajó. As demais unidades foram criadas entre os anos de 2002 e 2005 e estão localizadas no litoral do nordeste Paraense, totalizam uma área 2.290,36 km², de acordo com a tabela 6.

Mapa 2- Localização das RESEX's florestais e marinhas na Amazônia



Fonte: ICMBIO, 2014

A criação dessas RESEX's marinhas objetiva o uso sustentável do bioma marinho, do mangue e a proteção de populações extrativistas na região. De outro modo, nas RESEX's marinhas, se estabelece o direito de acesso aos recursos naturais, porém o uso deve ser sustentável de modo que incorpore a inclusão social respaldada no respeito aos direitos da coletividade (SANTOS, SCHIAVETTI, 2013).

Tabela 6- RESEX marinhas do litoral Paraense

Nome da RESEX	Decreto de criação	Área (Km ²)
Soure	DSN 22/11/2001	295,78
São João da Ponta	DEC/SN 13/12/2002	34,09
Mãe Grande de Curuçá	DEC/SN 13/12/2002	366,78
Maracanã	DEC/SN 13/12/2002	301,79
Chocoaré Mato Grosso	DEC/SN 13/12/2002	27,83
Tracuateua	DEC/SN 20/05/2005	278,64
Caeté Taperaçu	DEC/SN 20/05/2005	424,89
Araí Peroba	DEC/SN 20/05/2005	115,49
Gurupi Piriá	DEC/SN 20/05/2005	740,81
Total		2.290,36

Fonte: ICMBIO, 2014. Adaptado pela autora.

Várias ações e programas foram e são executadas nos espaços de RESEX para melhoria de vida das populações extrativistas. Viu-se o surgimento de proposta e a conquista de criação dessas reservas, como uma necessidade do movimento de seringueiros na busca de garantir o direito de permanecer na área, sobretudo, por que reproduzem um modo de vida que ostenta a preservação dos recursos ambientais da floresta, e por manter laços de pertencimento com o lugar, visto que, a ligação cultural reafirma laços afetivos ao território, de modo que, no capítulo quatro se busca retomar e desenvolver essa perspectiva.

3.2 A Política ambiental e as populações extrativistas da RESEX MGC

Esta seção objetiva apresentar as mudanças que decorreram a partir da criação da RESEX MGC, por meio da legislação instituída. Ademais se pretende situar as ações jurídicas implementadas, para posteriormente abordar os principais programas executados na reserva, desde sua criação em 2002 até o ano de 2014.

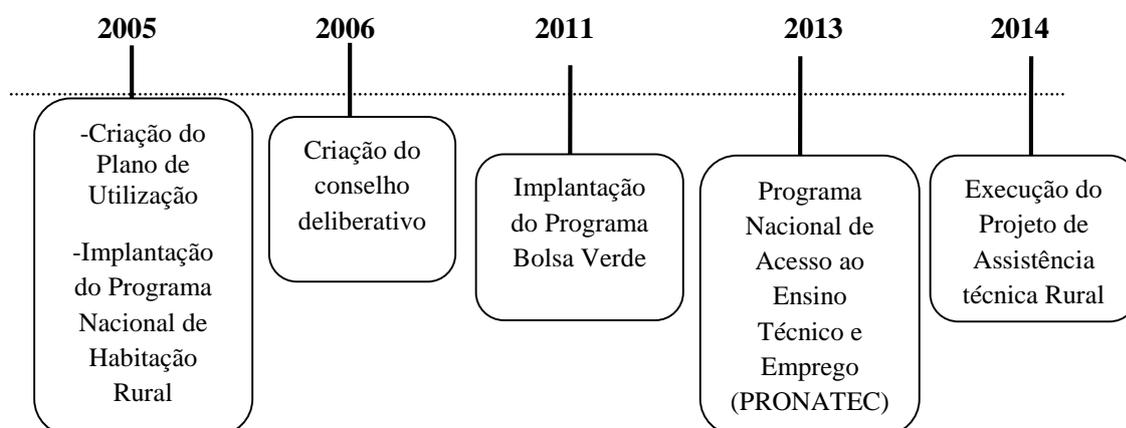
Neste sentido, frente à criação da RESEX MGC, nos permite fazer referência ao conceito de espaço, na perspectiva de que o espaço é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2008, p. 63). Santos (2008) se refere ao sistema de objetos e de ações como interações, que fornece condições de trabalhar o resultado conjunto dessa interação “como processo e como resultado” (SANTOS, 2008, p. 64). Conforme o autor, de um lado, as ações estão condicionadas ao sistema de objetos e de outro, o sistema de ações leva a criação de novos objetos, desta forma, o espaço encontra sua dinâmica e se transforma.

Santos (2008) ressalta tal entendimento analítico sobre os sistemas de objetos e de ações, no qual as características próprias venham dar conta da “multiplicidade e da diversidade de situações e processos.” De tal modo, vemos o espaço da RESEX MGC, concebido institucionalmente como uma área protegida, e conseqüentemente, se mantém condicionado a mudanças que se desdobram em função do estabelecimento de um conjunto de normas, que interage numa constante dinâmica de relações sociais.

Aliado a este entendimento, vê-se as áreas protegidas como espaço de expressão da territorialidade da população e da relação historicamente construída com o lugar, que se mantêm sob a intervenção do estado. Dentre as mudanças ocorridas, se elenca ações de âmbito legal da RESEX, como a criação do conselho deliberativo e o plano de utilização. Sendo assim, foi possível organizar as principais ações apontadas por lideranças e conselheiros da RESEX⁹, e se encontram explicitados na linha do tempo a seguir.

⁹A organização das principais ações se baseou na pesquisa de campo por meio das entrevistas e de aplicação de questionários.

Figura 2: Linha do tempo das principais mudanças decorrentes da criação da RESEX MGC



Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de out/2013 a fev./ 2014

Elaborado pela autora

Esta linha do tempo representa a execução de normas, conforme estabelece o Sistema de Unidades de Conservação e ainda algumas intervenções na RESEX MGC, por meio da implantação de programas governamentais, que serão detalhados no decorrer deste capítulo. A RESEX MGC está sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO), juntamente com os membros do conselho deliberativo formado por 41 órgãos e entidades representativas (associações, Instituições de pesquisas e Universidades).

Com base no decreto de regulamentação 98.897 de 1990, os moradores da Reserva devem receber a “concessão real de direito ao uso”, no entanto tal concessão é permitida mediante a apresentação de um plano de utilização, proposto pela população e aprovado pelo IBAMA. Deverá ser regulada por este contrato, a “exploração sustentável e a conservação dos recursos”.

Enquanto que no plano de utilização, que precisa ser aprovado pelo IBAMA, se inclui uma cláusula referente a anulação do CDRU quando houver quaisquer danos ao meio ambiente, ou a transferência da concessão inter vivos (BRASIL, 1990). A CDRU da RESEX MGC, ou seja, o título coletivo de uso de áreas de maré e mangue que respalda a execução de projetos e a atividade pesqueira foi concedido a AUREMAG em 2010.

O plano de utilização da RESEX MGC foi criado em 2005, com o objetivo de apresentar as normas e regras de uso e de convivência aos beneficiários e teve a aprovação do conselho deliberativo da RESEX.

Este plano de utilização apresenta a regulamentação do uso dos recursos naturais, inclusive formula os comportamentos a serem seguidos pelos extrativistas, no que diz respeito a condições técnicas e legais para exploração marinha. Compreende um conjunto de normas com o objetivo de efetivar o uso racional dos recursos, uma vez que contém a relação de condutas que devem ser seguidas para cumprir a legislação sobre o meio ambiente,

Objetiva ainda este conjunto de regras manifestar ao IBAMA, o compromisso dos extrativistas de respeitar a legislação ambiental e o plano de utilização e ao mesmo tempo oferecer aquele Instituto um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos (ICMBIO, 2005, p.1).

Outro instrumento que contempla ações normativas na reserva, conforme estabelece o SNUC, é a gestão do conselho que possui função deliberativa, sob a responsabilidade do ICMBIO (BRASIL, 2000). O conselho deliberativo da RESEX MGC, instituído pela Portaria nº 24 de março de 2006, possui a finalidade de contribuir com ações voltadas a sua implantação e para a implementação do plano de manejo.

O conselho deliberativo da RESEX MGC e o plano de utilização se constituem como instrumentos jurídicos, a vigorar no espaço de abrangência da reserva. Ambos corroboram com uma série de normas de uso e também de restrições, que no caso do plano de utilização, as formas de intervenção nos ambientes e o uso dos recursos naturais em seu entorno, vislumbra a perspectiva de redução do espaço das populações, uma vez que, o presente momento, exige destas populações o aprendizado em lidar com restrições, controle do território e o estoque dos recursos.

Não objetivando detalhar o plano de utilização, far-se-á uma ressalva na qual, os indivíduos devem ter cadastro no IBAMA e na AUREMAG, a fim de obter a permissão de explorar os recursos marinhos na reserva, e obrigatoriamente portar sua autorização quando for praticar a atividade pesqueira. Para mais detalhe do plano, este se encontra no anexo A deste trabalho.

Neste sentido, recorreu-se a reflexão referente ao fluxo de informação nas comunidades da reserva sobre tal plano de utilização, uma vez que a população deve ser

informada sobre o uso a ser feito, pois passado a vigorar o plano de utilização as populações correm o risco de sofrerem danos materiais por desconhecerem a existência de normas, que com a criação da reserva passaram a restringir o uso dos recursos feitos pela população, sobretudo os referentes a atividade pesqueira.

Visto que, a atuação do órgão responsável pela gestão da reserva que também possui poder de fiscalização, faz valer tal normatização, se constatou em algumas comunidades, casos de pescadores que tiveram seus materiais de pesca apreendidos, pois continuavam a reproduzir a pesca da mesma forma que sempre praticaram, e somasse a isso, o agravante da não informação sobre as normas de uso que passaram a vigorar em decorrência da criação da reserva.

Formula-se esta situação como um fator negativo, visto que é uma das mudanças decorrente da criação da reserva, apontada por moradores das comunidades, conforme se constata no trecho:

Hoje tá um pouco difícil de pegar peixe, quando conseguimos com muita dificuldade vem o ICMBIO e leva o peixe e a rede [...] (morador 1)
Com a criação da reserva fomos proibidos de pescar (morador 2). (Moradores de comunidades da RESEX MGC dia 24 de fevereiro de 2014, durante a aplicação dos questionários)

Essas declarações proferidas durante a aplicação dos questionários revelam um aspecto, que identifica situações de conflitos, pois de um lado estão as normas que devem ser respeitadas e que o ICMBIO como órgão gestor atua para sua efetivação, e de outro a população alheia “do que se deve e o que se pode fazer”, outras vezes há uma resistência em se cumprir as normas.

Coelho, Cunha e Monteiro (2009) citam a abordagem enfatizada por Cunha e Coelho (2003) na qual o reconhecimento no Brasil do papel das comunidades tradicionais no gerenciamento de recursos naturais se desenvolve de modo contraditório, pois populações tradicionais e demais atores sociais como representantes do poder público, ONGs e o movimento ambientalista possuem projetos distintos, que se constituem em relações de poder, que na maioria das vezes o interesse das populações residentes nas áreas transformadas em territórios de preservação não é prioritário.

Ressalta-se que a RESEX MGC ainda não possui plano de manejo, este plano tem por objetivo o manejo dos recursos da reserva, que se estabelece a partir da

realização do zoneamento e as normas necessárias à gestão da unidade. Assim como existe outro fator que exige o encaminhamento do plano de manejo, pois se entende mediante a especulação de empreendimentos portuários na área da RESEX MGC, a necessidade de se viabilizar a construção do plano de manejo que se encontra em fase de estudos, pois:

O plano de manejo é o esteio, é lá que vai dizer o que temos quanto temos e como conservar para garantir a sustentabilidade dos usuários (Presidente da AUREMAG Alcinei Negrão, dia 02 de janeiro de 2014)

A especulação do terminal Portuário de Espadarte se divulga antes mesmo da criação da RESEX. A localização do futuro porto denominado, Terminal Marítimo *off shore* do Espadarte está situado nas coordenadas 00° 33' 17" S e 47° 53' 51" W, como se observa na figura 3. O empreendimento projetado se localizará no arquipélago formado na foz do rio Curuçá, composto pelas ilhas dos Guarás, Ipemonga e Mutucal com aproximadamente 5.111 ha. No entanto, além do terminal de Espadarte tem-se mais recentemente a especulação de uma estação de transbordo flutuante.

Figura 3 - Projeção do Terminal portuário Espadarte em Curuçá



Fonte: CDP, 2014.

Entretanto, apesar da legislação para áreas protegidas resguardar a construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva e potencialmente poluidoras, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, pois dependem de prévio licenciamento ambiental do órgão competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)¹⁰, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis. Não se descarta a possibilidade de que empreendimentos venham a se instalar nessas áreas, pois se toma a exemplo da RESEX marinha Baía do Iguape, localizada no recôncavo Baiano, onde ocorreu a implantação de um polo naval em 2009.

Prost (2010) chama atenção para este caso onde se configura a desterritorialização das populações tradicionais, mediante a imposição da lógica global, as relações de forças e os riscos para a população da área. Sendo assim, a dicotomia normas e execução, o estabelecimento de restrições que regulamentam sobre o comportamento dos extrativistas, nega o ponto de vista de que essa população secularmente pratica atividades sustentáveis, e que de certo modo, essas normas deveriam estar mais próximas da realização das atividades produtivas, ou pelo menos viabilizar de modo mais intenso o fluxo de informações sobre o que é permitido, e por que não é permitido.

3.2.1 Os extrativistas da RESEX MGC e o uso dos recursos naturais

Esta seção objetiva caracterizar a população que foi investigada e apresentar quem são os extrativistas, quais suas origens, e suas atividades produtivas. Além do que, fornece elementos para relacionar com as políticas públicas desenvolvidas no espaço da RESEX MGC.

A RESEX MGC abrange os limites de águas jurisdicionais, margens de igarapés e os manguezais. As comunidades da reserva se localizam em diferentes ambientes, tais como: vilas, margens de rios, das rodovias PA-136 e PA-318, e realizam atividades produtivas diversificadas, predominantemente rurais.

A população que integra as dezoito comunidades da amostra é formada por pessoas oriundas, em sua maioria do próprio município, ou de municípios do nordeste Paraense como Castanhal, Bragança e Marapanim. Quanto às pessoas que nasceram em

¹⁰ Sistema Nacional do Meio Ambiente, artigo 10, da Lei Federal nº 6.938/81.

outro estado, apenas no Maranhão foi mais significativo, de tal modo que se deve considerar o tempo de residência da população de origem de outras cidades. Assim, temos que 55,3% (73) migrantes, residem há mais de 10 anos em Curuçá.

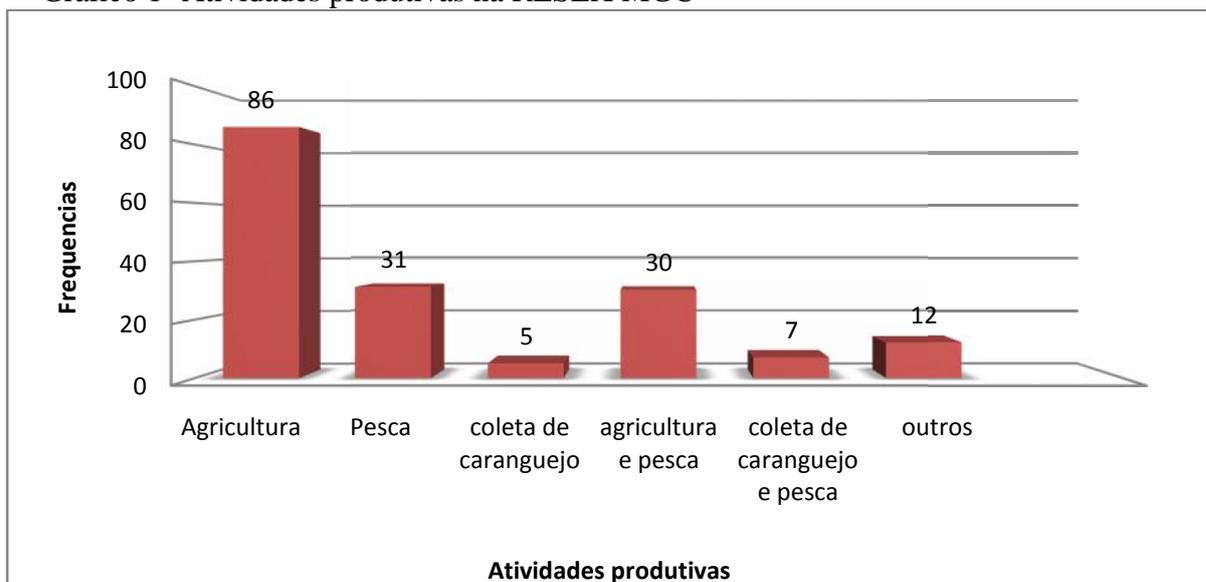
De outro modo, evidencia-se que a agricultura e a pesca, são as atividades mais comuns praticadas pelas famílias em seis comunidades: Abade, Araquaim, Boa vista do Iririteua, Caratateua, Murajá e São Pedro. No entanto, se entende que a extração de recursos pesqueiros como a coleta de caranguejo e a pesca, representa atividade secundária, pois praticam principalmente para o consumo da família.

A meliponicultura, a horticultura, osteicultura (criação de ostra), artesanato, extrativismo de frutas e de madeiras foram atividades menos frequentes, mas que também mostram o valor dos recursos ambientais na reserva e o uso que a população realiza em prol de obter renda ou satisfação no consumo, estão identificados no gráfico como “outros”. Conforme se observa no gráfico 1, vê-se o valor do extrativismo pesqueiro e da agricultura para a maioria das famílias.

As atividades produtivas realizadas pelos moradores da reserva¹¹ revelam que a agricultura é mais frequente, geralmente produzem farinha de mandioca ou verduras e frutas (jerimum, melancia, macaxeira, maxixe e outros). A coleta de caranguejo foi bem menos significativa, sobretudo pela vigência da legislação que proíbe a extração em certas épocas. De outro modo, a agricultura tem recebido destaque na produção, pois apenas a produção pesqueira e a agricultura destinada à venda, se constituem como obtenção de renda de 14 famílias.

¹¹A esta informação foram coletados dados para cada morador, conforme se observa no questionário no apêndice A. Especifica-se que se trata do total de pessoas investigadas.

Gráfico 1- Atividades produtivas na RESEX MGC



Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de out/2013 a fev./ 2014.

Portanto, apesar de residirem numa reserva extrativista marinha, grande parte dos pescadores trabalham na agricultura para obtenção de renda. Os pescadores artesanais da reserva podem ser identificados como polivalentes em face da realização de outras atividades, além da extração dos recursos pesqueiros, sobretudo, a agricultura (FURTADO, 1993). Conforme se constatou a atividade da pesca, serve também para complementar a renda das famílias ou para consumo próprio.

A pesca artesanal, é a atividade permitida em áreas de RESEX's marinhas, por se constituir uma atividade com baixo nível de degradação ao ambiente, se comparada a pesca industrial ou comercial. Conforme Mathew (2002) a pesca artesanal está atrelada ao aspecto cultural, a forma de reprodução dessas populações. No entanto, Santos e Schiavetti (2013) citam a perspectiva de Johson et al (2012), que ressalta haver poucos estudos para avaliar a sustentabilidade da pesca artesanal, ou seja, há ausência de estudos que discutam sobre a questão da sustentabilidade da exploração marinha nas Reservas extrativistas.

Portanto, na dimensão ambiental, ou seja, a relação que a população extrativista possui com o uso dos recursos disponíveis na reserva, sobretudo os marinhos, se deparou com mudanças em virtude da vigência da legislação ambiental no espaço da reserva. Tal como, se faz referências à coleta do caranguejo uçá, que no período de

defeso¹² a legislação proíbe a captura, no entanto o que se registrou na RESEX MGC, foi uma grande demanda de pessoas que foram aos manguezais realizar a coleta ou a catação de caranguejo neste período.

Entretanto, houve a fiscalização do ICMBIO de forma excessiva, a partir da apreensão de caranguejos dos extrativistas que comercializavam naturalmente pelas comunidades. De tal modo, se conjuga que parte da população extrativista precisa entender que com a criação da RESEX os recursos passam a ser explorados a partir da existência de uma série de condutas, determinadas em comum acordo com as lideranças envolvidas no processo de gestão da reserva, conforme estabelece o plano de utilização que antecede o plano de manejo.

Por conseguinte, o uso racional do extrativismo pesqueiro se refere ao aspecto de disponibilidade dos recursos que depende de algumas variáveis como a gestão realizada, do tempo que está sob proteção, e ainda de fatores biológicos e antrópicos (SANTOS, SCHIAVETTI, 2013).

Neste sentido, a percepção das famílias investigadas, quanto a mudanças na quantidade de peixes revelou que 32 (45,3%) das famílias declararam que houve a diminuição da quantidade de peixe nas áreas em que costumam pescar, e asseveraram a necessidade de ultrapassar os limites da RESEX para realizar a pesca. Ademais outros pescadores destacaram que a disponibilidade está relacionada com a sazonalidade climática, a partir de ocorrências de chuvas mais frequentes que tendem aumentar a quantidade de peixes, e devido a isto, alguns declararam que os recursos pesqueiros são renováveis e conseqüentemente não há como desaparecer.

Contudo, ainda considerando o aspecto da disponibilidade dos recursos marinhos na RESEX MGC, Bartolomeu et al (2011) apresenta a existência de um processo migratório de pescadores artesanais na microrregião do Salgado como estratégia de sobrevivência, relacionado a fatores de ordem natural e social, a partir de diretrizes políticas que priorizaram a pesca industrial. Além do que se observa o fluxo migratório como fator de desequilíbrio ambiental, reflexo da escassez do recurso pesqueiro em determinada localidade, tal como se constatou na investigação sobre a mobilidade na RESEX MGC a ser tratada no capítulo quatro.

Quando se trata do extrativismo marinho, se observa a ocorrência de pontuais conflitos quanto ao uso desses recursos, envolvendo a população extrativista e a

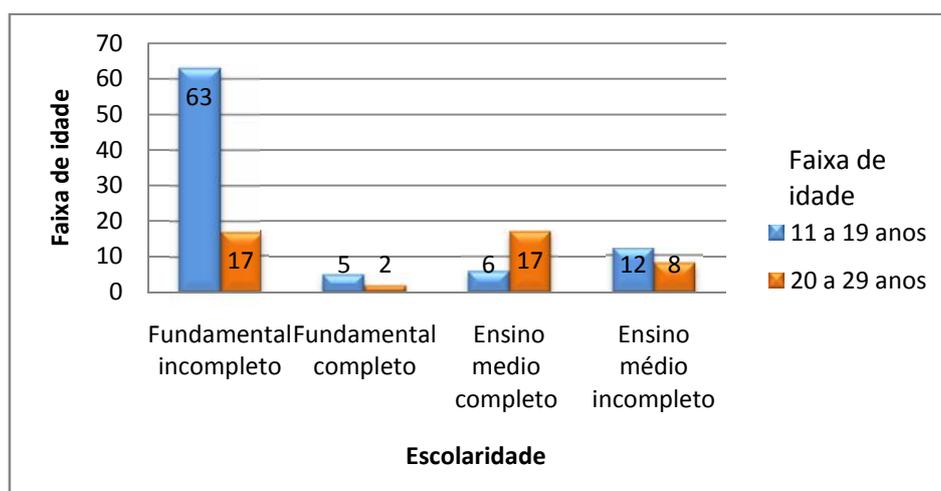
¹² Este período é o de reprodução dos caranguejos, conforme estabelece o IBAMA.

instituição fiscalizadora e responsável pela gestão da RESEX MGC. Deve-se a isto a relação contraditória que se estabelece em âmbito normativo, por meio da legislação instituída versus a reprodução social e cultural das populações extrativistas, haja vista, a interferência nos espaços de vivência dessa população. Destarte, na RESEX MGC houve a predominância de ações políticas que acentuam a efetivação de mecanismos de proteção dos recursos ambientais, em forma de programas governamentais como a execução do Programa bolsa verde, que será tratado em seções a seguir.

3.2.2 A População jovem na RESEX MGC

Outra característica significativa na RESEX MGC é a composição de sua população por jovens¹³. Pois a população jovem é predominante nas dezoito comunidades, e representa 40,8% entre as demais faixas de idade. Assim se observa no gráfico 3, a escolaridade dos jovens na faixa etária de 11-19 e 20-29 anos. Infere-se que a baixa escolaridade no nível médio esteja relacionada com o fato de existirem poucas escolas de ensino médio em Curuçá, que no total são três. Assim sendo, muitos alunos precisam se deslocar até a cidade ou ao Abade para concluir os estudos. Outro aspecto é o alto índice de jovens com nível fundamental incompleto, o que equivale a (58,8%) dessa população.

Gráfico 2- Faixa de idade e escolaridade



Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de out/2013 a fev./ 2014

¹³Para a população jovem se analisou duas faixas de idade 11 a 19 e 21 a 29 anos.

A caracterização da população jovem colabora para se repensar as demandas das políticas públicas na Reserva, de modo que ofereça condições de manter esses jovens na comunidade. Pois, a ausência de serviços educacionais nas comunidades motiva as pessoas a procurarem esse serviço em cidades vizinhas, principalmente quando se trata de escolas e serviços de saúde, visto que, algumas comunidades possuem mais carências que outras.

Porquanto, se faz referência à realização do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), como proposta de qualificação técnica e profissional de jovens estudantes. Este foi iniciado na RESEX MGC em 2014 e segundo informações do presidente da AUREMAG, na primeira etapa 120 alunos participaram de cinco cursos: agricultor familiar, horticultor orgânico, apicultor e piscicultor.

Atenta-se que as ações no setor educacional são fundamentais, porém o PRONATEC é um bom exemplo para qualificação dos jovens, mas necessita de avanços quanto às propostas de cursos, inclusive elevar o número de vagas a serem ofertadas. No entanto, além do PRONATEC ocorre a atuação de Instituições de pesquisas como a UFPA, envolvida em ações de educação ambiental com os moradores e alunos na RESEX MGC.

Na seção seguinte, destacam-se os principais programas governamentais executados na RESEX MGC, o Programa Bolsa Verde, o Projeto de crédito instalação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), e o projeto de Assistência Técnica de Extensão Rural. Estes priorizados, para serem desenvolvidos na dissertação, em virtude da importância para as famílias e a dimensão que alcançaram nas comunidades da reserva, pois muitas famílias entenderam ou ainda compreendem a criação da RESEX MGC como a construção de casas do INCRA nas comunidades.

3.3 O Programa Bolsa Verde

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental, Bolsa Verde, instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, regulamentado pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011. Trata dos seus objetivos no art. 1º,

I) Incentivo a conservação dos ecossistemas; II) promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos

recursos naturais no meio rural; III) incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional (BRASIL, 2011b).

Tais objetivos especificam ações voltadas para uma população que se encontra na situação de extrema pobreza localizada em áreas rurais de Unidades de Conservação ou Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais. O Programa Bolsa Verde beneficiou, até março de 2013, 36.844 famílias extrativistas em todo o Brasil, sendo 11.214 Unidades de Conservação de Uso Sustentável (30,4 %), 23.954 de Assentamentos da Reforma Agrária (65%) e 1.676 de áreas de ribeirinhos reconhecidas pela Secretaria de Patrimônio da União (4,5%) – (SISTEMA... , 2013).

E ainda, pelos critérios de acesso ao programa, as famílias devem ter inscrição no cadastro único, e tal cadastro, também oferece o direito de acesso ao Programa Bolsa Família, por isso, a maioria das famílias beneficiárias da bolsa verde recebe também a bolsa família. O acesso da bolsa verde concede um valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) trimestralmente, para que, as famílias se comprometam a realizar atividades ambientalmente sustentáveis.

Neste sentido, a bolsa verde, se constitui num exemplo de ações, que estão relacionadas com a compensação financeira, para que as famílias extrativistas efetivem práticas sustentáveis nas comunidades residentes. Isso envolve a lógica de pagamento pelos serviços ambientais, uma vez que, as atividades praticadas pela população passam a ser valorizadas, de modo, a estimular a conservação ambiental dos recursos existentes.

Na RESEX MGC, a bolsa verde beneficiou em 2013, 845 famílias. Em relação à amostra 35,7% (25) das famílias, declararam receber esse benefício, e afirmaram que ajuda na melhoria da renda, ainda que alguns dos entrevistados não soubessem informar o objetivo desse benefício que lhes é concedido, muitos confundem com o programa bolsa família.

Quando se trata de renda, se evidenciou que o apoio inicial, a bolsa verde e a bolsa família, estão entre os benefícios que 11,6% das famílias afirmaram ter ajudado a melhorar a renda, a partir de investimentos na produção, ou mesmo quando estes valores passam a se direcionar para a alimentação.

Observa-se, que a bolsa verde, concedida aos beneficiários da RESEX MGC desempenhou a função de gerar renda. No entanto, um ponto contrastante foi que

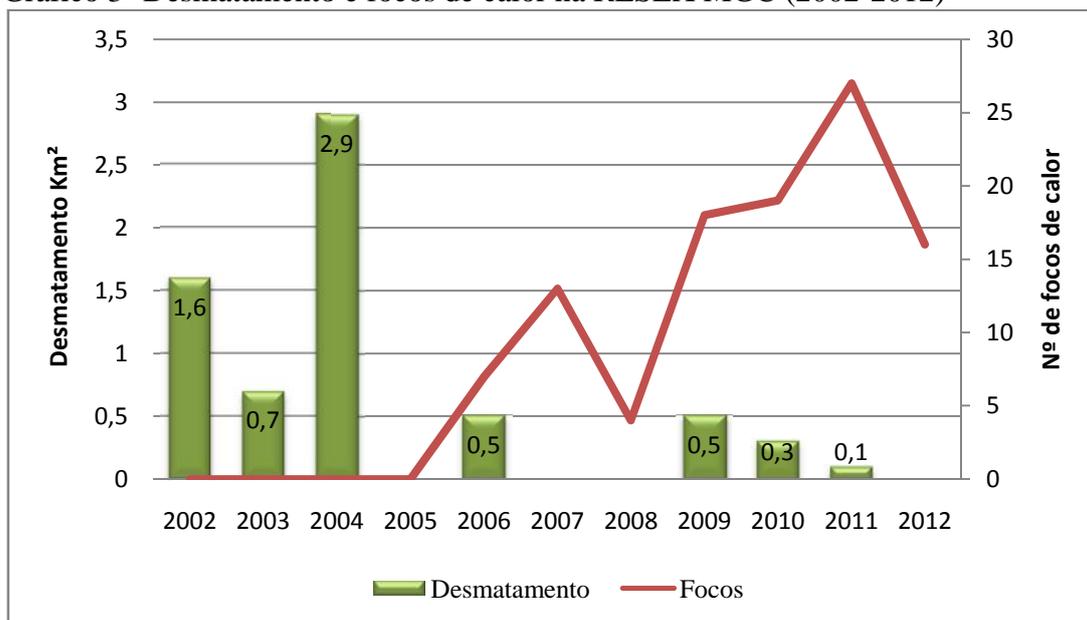
poucas famílias souberam informar o objetivo de receber esse benefício, e isto conduz um aspecto limitador para a efetivação desse programa na área.

Entretanto, o requisito específico, para a permanência das famílias no programa, no qual, se deve fazer cumprir a conservação do ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas que habitam, passa ter o monitoramento pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA). Com o auxílio de satélite, radares de focos de calor e visitas periódicas, estas áreas devem apresentar parecer favorável para que a vigência da bolsa verde prossiga.

Diante deste fator, apresenta-se no gráfico 3, os valores do incremento do desmatamento e as ocorrências de focos de calor na RESEX MGC, conforme o monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)¹⁴, no período de 2002 a 2012. Observamos que após a criação da reserva em 2002, o incremento do desmatamento, teve um registro mais elevado em 2004 (2,9 km²).

¹⁴Para o desmatamento a fonte é o INPE-PRODES (2002-2012), enquanto os focos de calor são monitorados sistema de Queimadas também do INPE (2002-2012).

Gráfico 3- Desmatamento e focos de calor na RESEX MGC (2002-2012)



Fonte: INPE-PRODES/Queimadas, 2012
Elaborado pela autora

Contudo, se verificarmos os incrementos a partir de 2005, onde o valor é nulo, até o ano de 2012, os valores seguem oscilando entre 0,5 e 0 km². De tal modo, o total desmatado até o ano de 2012 é equivalente a 23,6 km² (9,9%). Ressalta-se que a área desmatada abrangeu também a zona de amortecimento (buffer interno e externo) da reserva. A zona de amortecimento, de acordo com o SNUC, é a área de entorno de uma unidade de conservação, onde permanecem as normas e restrições específicas.

Quanto aos focos de calor, no período de 2002-2005, não houve nenhuma ocorrência, no entanto, em 2011 o registro foi de 27 focos. Porém, ao compararmos o período de 2010-2011, se constata um aumento de 128,5% dos focos de calor na RESEX MGC.

Este panorama representado no gráfico 4, contribui para pôr em discussão a finalidade desta política e, sobretudo, fornece parâmetros para o controle e monitoramento do desmatamento na reserva. Uma vez que, tanto o desmatamento quanto os focos de calor, podem estar associado a atividades produtivas, principalmente a agricultura¹⁵.

¹⁵Para analisar o desflorestamento e sua dinâmica em um município, recomenda-se analisar não apenas os dados relativos ao desflorestamento, mas também os dados relativos às classes de cobertura da terra (floresta, não floresta, hidrografia), pois a área de algumas dessas classes pode variar ao longo dos anos

Ainda assim, apenas a apresentação da configuração do desflorestamento e dos focos de calor na RESEX MGC, não é suficiente para avaliar a eficácia do programa bolsa verde na área. Sobretudo, pelo recente tempo em que o programa se encontra em execução, pois teve início em 2011 e atingiu no primeiro ano uma pequena parte das famílias, que compõem o cadastro de beneficiários do INCRA. O que se torna possível, é se considerarmos que a partir de 2012, houve a redução de ambos, infere-se a disposição que este programa promova condições favoráveis de executar controles efetivos de desflorestamento e focos de calor na RESEX MGC.

No entanto, ainda se apresenta a condição de que poucas famílias, sabem a finalidade de ser contemplado com este benefício, o que dificulta o alcance do objetivo do programa e ao mesmo tempo se constitui um ponto negativo.

3.4 O Programa Nacional De Habitação Rural (PNHR)

As populações extrativistas tradicionais de Unidades de Conservação foram, reconhecidas como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, por meio da Portaria Interministerial MDA/MMA nº 13 de 19 de setembro de 2002. Esta portaria trata, em seus quatro artigos, das formas de aplicação dos recursos destinados aos beneficiários das RESEX, e especifica a atuação do Conselho Deliberativo na função de analisar e aprovar os projetos técnicos que serão implantados nas RESEX, considerando a viabilidade e compatibilidade ambiental e ainda destaca “a necessidade de oferecer alternativas para aumentar a renda dos beneficiários, aperfeiçoar a capacidade de produção e comercialização dos produtos extrativistas oriundos das RESEX’s” (BRASIL, 2002).

Contudo em 2005¹⁶, a RESEX MGC recebe aprovação para participar do Programa de Crédito Instalação e de fortalecimento da agricultura familiar, que considera a Norma de Execução do INCRA nº 40, de 2004, que dispõem sobre a concessão de Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária. Onde inicialmente 1.600 famílias produtoras rurais passaram a constar na relação de beneficiários (RB) do INCRA.

devido à presença de nuvens e de outros fatores inerentes à metodologia utilizada na geração dos dados (INPE, 2013).

¹⁶Portaria nº 21 do INCRA

O Programa Nacional de Habitação Rural, criado em 2003, estabelece a implementação do programa de crédito instalação, que consiste no provimento de recursos financeiros, sob forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária. Os créditos concedidos a RESEX MGC encontram-se sob a modalidade: apoio inicial e aquisição de materiais de construção.

Ademais no âmbito regional, este programa foi implantado nas demais UC do nordeste Paraense desde 2005, nas RESEX marinhas dos municípios de: Maracanã; São João da Ponta; Bragança; Santarém Novo; Tracuateua; Augusto Correa e Viseu. O valor total liberado para a execução do projeto de habitação nas RESEX marinhas da região foi de R\$ 107.635,800 (cento e sete milhões, seiscentos e trinta e cinco mil e oitocentos reais), que viabilizou a construção de 14.471 habitações (SIAFI, 2012) e 15.177 apoios iniciais. No mapa 3, se observa a espacialização desses recursos para cada RESEX marinha do nordeste Paraense.

O Programa Crédito Instalação, é uma forma de acesso a serviços básicos como água e moradia, no sentido de prover melhorias as populações localizadas em áreas de assentamentos de reforma agrária. De outro modo, a execução deste programa, na RESEX MGC, foi uma das primeiras ações executadas após sua criação e propõem considerar, que esta política de crédito, nada mais foi, que um direito fundamental a cidadania das populações, pois, forneceu o acesso aos serviços de abastecimento de água e moradia com mais qualidade.

Portanto, tal programa de habitação, trouxe muitas mudanças para as famílias localizadas nesses municípios, sobretudo, as que habitam áreas rurais, pois atingiu diretamente o modo de vida das populações, antes a maioria das casas era de barro. Os extrativistas, então passaram a ser beneficiar com uma moradia de alvenaria, com quatro compartimentos, mais o banheiro, além do abastecimento de água.

As habitações padronizadas, atingiram no primeiro ano de execução do projeto na RESEX MGC, 600 famílias, conforme se observa na tabela 7. O apoio inicial é uma modalidade de crédito destinada a aquisição de bens de consumo e para fomentar a atividade produtiva a partir da aquisição de instrumentos de trabalho, que podem ser: redes de pesca, bicicleta, tarrafa e outros.

Tabela 7- Habitações e apoio inicial concedidos no período de 2005-2007 na RESEX MGC

Anos	Habitações	Apoio Inicial
2005	600	1234
2006	600	500
2007	240	200
Total	1440	1934

Fonte: INCRA; SIAFI, 2012.

A última etapa do programa foi em 2007, totalizando 1.440 habitações e 1.934 apoios iniciais concedidos num valor repassado de onze milhões, duzentos e oitenta e um mil e seiscentos reais (R\$ 12.281.600,00).

Na fase de execução do programa de habitação, algumas ocorrências que surgiram denunciavam a entrega das casas longe do padrão proposto pelo programa, que

pôs em discussão problemas na execução das obras e inevitavelmente acarretou em processos de administração irregular do órgão responsável pela execução do programa.

Com base nas informações coletadas na RESEX MGC referente a questão: as políticas públicas trouxeram melhorias para a família, e quais melhorias foram estas? 25,6% declararam que receber a moradia foi uma melhoria. A partir de tal constatação se inferi, o fornecimento de condições necessárias para manter a população nas comunidades, contudo 7,2% das famílias receberam a casa com algum problema.

A situação de receber casa inacabada ou mal construída, envolve o uso de material de baixa qualidade na construção, enquanto que a demora na entrega, viabilizou para que algumas famílias realizassem reformas ou a conclusão de obras por conta própria. Torna-se evidente, um caso específico de uma família, que, ainda espera o retorno da instituição responsável pela construção das moradias, pois declara que a estrutura da casa está bastante comprometida e garante não ter condições para fazer os reparos. A construção da casa não foi finalizada foi entregue sem o piso, banheiro, fossa:

Desejava ter uma casa, e veio nessas condições, entregaram inacabada [...] (morador 3, aplicação de questionário dia 02 de fevereiro de 2014)

A figura 4 mostra a casa do morador, e retrata a situação e a forma como o PNHR se desenvolveu nas comunidades, pois foram vários casos de irregularidades, se relata aqui, a aflição de uma família, que permitiu ceder as imagens de sua moradia para constatar as condições em que se encontram, além de não haver a conclusão da obra, hoje os moradores ainda sofrem com as rachaduras que surgiram no decorrer dos anos.

Figura 4- moradia com problemas na construção



Fonte: Acervo da autora

De outro modo houve, a ocorrência de distribuição das moradias para pessoas que nem tinham residência fixa no município, e isto, posteriormente acarretou na venda ilegal de casas doadas por meio do PNHR, conforme se evidencia no trecho da entrevista,

“Muitas pessoas tavam de fora, que não eram daqui ganharam as casas e hoje em dia algumas venderam as casas. Tinha q fazer a casa de qualquer maneira. A primeira etapa de construção de casas foi assim. Foi muito rápido e avulsa [...]” (morador 3 do polo de Caratateua, entrevista realizada dia 29 de janeiro)

A execução do projeto se desenvolveu sem maiores exigências e comprovações de habitação nas comunidades, houve cooptação beneficiando diretamente pessoas que não tinham nenhuma relação com a RESEX MGC.

Além de receber a moradia, a maioria das famílias, também tinham por direito o acesso ao apoio inicial. Viu-se especificamente, que o apoio inicial ajudou a melhorar a renda, pois 11,6% declararam que a renda da casa melhorou em decorrência do benefício, uma vez que, um dos objetivos do apoio inicial se constituiu em fornecer subsídios para a reprodução da família.

Um aspecto a se considerar na reserva se relaciona com a demanda social atendida, quanto a melhorias habitacionais, ou seja, receberam a oportunidade de superar as carências no que diz respeito a necessidades básicas. Porém a questão de melhoria de renda se ateu ao fato da doação de ferramentas para auxiliar no trabalho produtivo que cada família realiza na RESEX MGC, porém não potencializou a geração de empregos, apenas funcionou para fomentar atividades já em pratica pelas famílias nas comunidades.

O PNHR, permaneceu até 2008, sob responsabilidade do INCRA, mas a política de habitação ainda é executada por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, administrado em parceria do governo federal e a prefeitura de Curuçá. Neste íterim, a primeira ação de intervenção na RESEX MGC, foi com o programa habitacional através da construção de moradias que estava sob a execução da política governamental federal, que manteve o foco no fornecimento de melhorias no setor habitacional.

De tal modo, que os problemas na execução do projeto foi um dos fatores que geraram, muita insatisfação de moradores, pois, não conseguiram os benefícios com qualidade, em contrapartida, outros moradores declararam a felicidade de receber uma

moradia, com boa estrutura para sua família e ainda desfrutar dos benefícios concedidos pelo apoio inicial.

3.6 Programas de financiamentos a atividades produtivas

Além do Programa Minha Casa, Minha Vida, atualmente o Programa de Inclusão Produtiva Rural do Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, está em execução na RESEX MGC. É uma parceria, entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Povos e Comunidades Tradicionais (CGPCT), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Serviço Florestal Brasileiro, possui como base, as demandas e descrição dos serviços, os acordos firmados pelo MDA durante o “I Chamado dos Povos da Floresta”.

Este plano, pretende a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para 2.000 famílias extrativistas da RESEX MGC, que constam na relação de beneficiários do INCRA e prevê o aumento e o aprimoramento dos serviços ofertados aliados à sensibilização, mobilização, para a geração de ocupação e renda e a melhoria da qualidade de vida. Conforme o presidente da AUREMAG Alcinei Negrão:

O projeto ATER é para a família, todos que dependem da família, independente de grau de parentesco [...] o objetivo é dar assistência técnica para esses extrativistas. Ele não vai ensinar o pescador a pescar. Às vezes o pescador precisa agora de uma prática de salga de peixe que possa ter mais durabilidade ou precisa fazer a limpeza das vísceras, precisa agregar valor e o diagnóstico do projeto vai buscar a trocar de conhecimentos [...] (Entrevista realizada dia 02 de janeiro de 2014)

Além do projeto ATER, o Programa Nacional de Agricultura familiar (PRONAF), também beneficia produtores extrativistas que trabalham com a agricultura auxiliando com assistência técnica e fomento a produção. Pode-se inferir, que a execução de projetos próximos da realidade da população e conforme suas demandas tenham resultados mais eficazes, e tal caráter, se aproxima da efetivação de objetivos que conceberam a criação de RESEX's na Amazônia. Provavelmente o projeto ATER, se comparado aos outros programas, seja, um dos primeiros projetos, a atender a demanda de geração de renda, da população extrativista pesqueira.

A seguir, se apresenta os aspectos de mobilidade existentes na RESEX MGC, enfatizando os motivos e os lugares de destino, para ao final, relacionar com as políticas públicas executadas na RESEX MGC, destacar as demandas da população e ainda o apontamento de temas a constituir uma agenda de pesquisa.

4 MOBILIDADE POPULACIONAL NA RESEX MGC

Esta seção, objetiva descrever e analisar o panorama da mobilidade na RESEX MGC, através de um fluxo indicativo de que as populações constantemente realizam mudanças no espaço, sejam movimentos de entrada ou de saída na região. Propõe-se destacar, os fatores que motivaram a mobilidade da população, e assim relacionar com as políticas públicas executadas na reserva e ainda brevemente refletir sobre o significado desta mobilidade, bem como, a cidade de destino se constitui uma questão fundamental para discussão.

No contexto da dinâmica demográfica as variáveis: migração, natalidade e a mortalidade, atuam influenciando nas mudanças, que determinam ou afetam o tamanho populacional (RENNER; PATARRA, 1980). Entretanto, a migração é um dos componentes que tem recebido mais atenção pelos estudiosos.

Com base no movimento populacional na RESEX MGC, se reconheceu a preferência por incluir a perspectiva da mobilidade populacional, pois se enfatiza o tempo em que o migrante saiu de seu local de residência, pois mesmo num período curto é significativo. Ao passo que, se objetivou, relacionar com o significado da mobilidade, onde se apresenta situações de retorno ao lugar de origem, resultado da não adaptação.

Neste ínterim a definição de migração, que implica o movimento durante um determinado período, de um local para outro, era insuficiente por não retratar a realidade vislumbrada na RESEX MGC. Esta definição de migração pela ONU apresenta algumas limitações, pois se define como “mudança de local de residência habitual”, se negligencia os motivos e razões da migração. Renner e Patarra (1980, p.236) asseveram que tal definição “exclui as populações nômades, as migrações sazonais, o movimento de pessoas com mais de uma residência, os deslocamentos de visitantes e turistas [...]”.

Portanto, a perspectiva que se analisa envolve o processo de mobilidade no contexto de uma reserva extrativista. Onde, se observou a mobilidade por trabalho e educação, a sazonalidade de extração dos recursos marinhos pelos pescadores artesanais e o retorno ao local de residência, na qual se ressaltou a noção de pertencimento e ligação cultural com a RESEX MGC.

De outro modo, a percepção dos limites dos recursos naturais, é o que altera a importância do fator ambiental nos estudos da mobilidade. Destaca-se a nova consciência ambiental, a tecnologia e as formas organizacionais da sociedade, que se constituíram capazes de superar os limites encontrados (HOGAN, 1998). Pois o movimento para criação de áreas protegidas, se constituiu na vanguarda desta perspectiva, ao lado da mobilização internacional na defesa do desenvolvimento sustentável.

Pois bem, decidiu-se privilegiar a finalidade da mobilidade. Este aspecto contribuiu para entender por que e para onde se deslocaram? Dar-se-á importância a motivação para a mobilidade, pois se ressalta a disponibilidade que o indivíduo possui para se deslocar, seja motivado por melhor emprego, que determina o deslocamento de força de trabalho, para centros que possuem poder de atrair os indivíduos, ou em busca de serviços educacionais, onde se evidencia a busca por um lugar que cumpra a função de sanar a carência e necessidade que a atual localidade não foi capaz de satisfazer.

4.1 Mobilidade na Resex MGC: ponto de partida e de chegada

A organização desta seção segue apresentando motivos que levaram a população da amostra investigada a se deslocar, e para onde? Destacam-se as comunidades onde houve a mobilidade e as cidades de destino da população, e ainda se alguém retornou para morar no município.

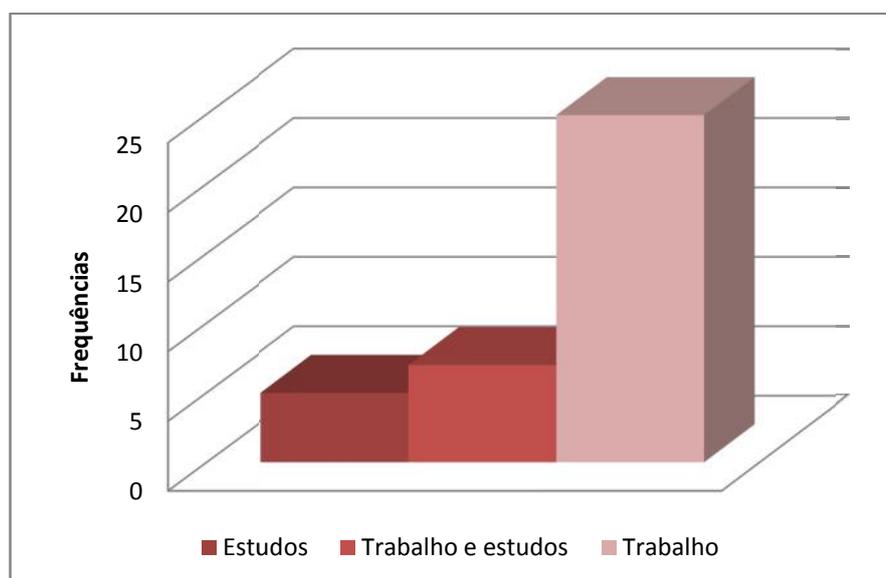
Torres (2010), salienta que, no contexto do nordeste Paraense, três tipos de processos migratórios podem ser identificados: a primeira estimulada pela ação desenvolvimentista, com a chegada de vários nordestinos na região, a segunda, decorrente de uma crise na agricultura, que fortaleceu a conjugação de diferentes tipos de atividades econômicas, posteriormente a migração de adultos jovens para centros urbanos, em busca de empregos e educação.

Neste contexto, a mobilidade na RESEX MGC, na última década, se caracteriza pelos fluxos de saída, com destino aos municípios Paraenses: Castanhal, Vigia, Marapanim, Ourém, Marituba e das capitais Belém, Rio de Janeiro, São Paulo, Macapá, Goiânia e Porto Velho, no qual 12,3% (41) pessoas da amostra, saíram do local onde moravam, em busca principalmente de empregos e educação.

A identidade, do grupo que mudou para outras cidades, foi revelada a partir do grau de parentesco com o entrevistado, ou seja, foram os filhos, sobrinhos, irmãos, pais e enteados de pescadores, agricultores, coletores de caranguejo, meliponicultores e artesãos. Apenas uma família, não fazia nenhum tipo de uso, dos recursos da RESEX MGC. De forma geral, a mobilidade foi descrita tendo como destino, Belém 29,2% (12), São Paulo 14,6% (6), seguido por Rio de Janeiro com 12,1% (5). Enquanto, Macapá e Marituba representaram 9,7% (4). As demais cidades foram Goiânia com 7,3% (3), Porto Velho e Castanhal com 4,8% (2) pessoas cada. Assim como os municípios do nordeste Paraense: Vigia, Ourém e Marapanim também foram as cidades de destino de 2,4% (1) pessoas.

Tendo em vista a importância dos motivos, que ocasionaram a mobilidade da população, constata-se que a falta de emprego e de melhorias educacionais foram os motivos mais frequentes, apontados pelas famílias, que tiveram algum morador, que decidiu mudar de cidade, conforme o gráfico 4. A demanda por emprego, foi mais significativa, o equivalente a 60,98% (25), bem como, a continuação dos estudos em outra cidade 12,2% (5) e 17,07% (7) afirmaram os dois motivos, falta de emprego e para continuar os estudos.

Gráfico 4- Frequência das razões da mobilidade populacional



Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de out/2013 a fev./ 2014

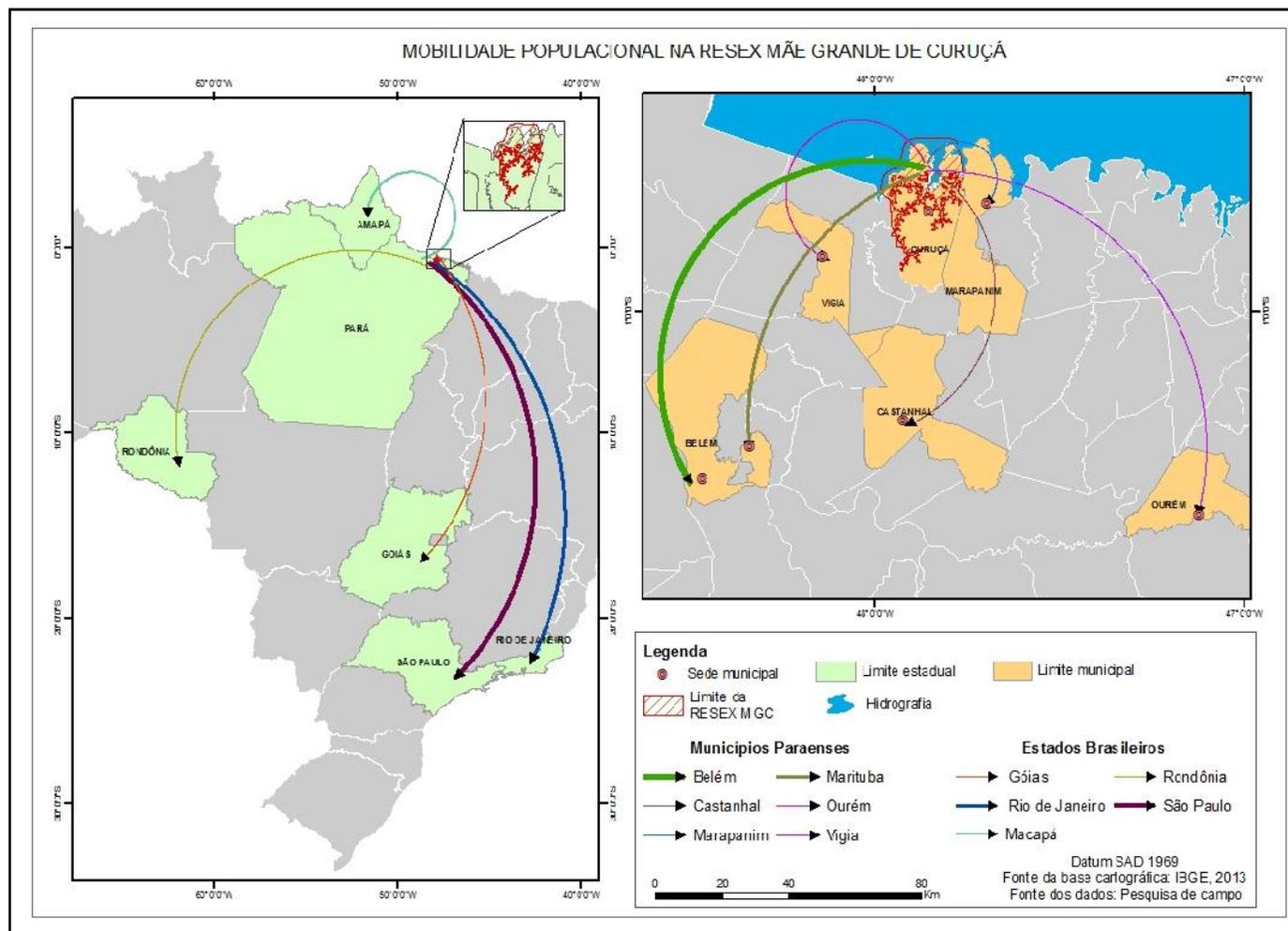
As cidades de Belém, São Paulo e Rio de Janeiro, foram os destinos da maioria dos migrantes, que nos permite denominar a mobilidade do tipo rural-urbana, sobretudo, por que as capitais desempenham a função de atrair a população para o mercado de trabalho.

Na seção seguinte, se explicita as ocorrências da mobilidade, mas para isso devemos ter em conta, os motivos que levaram a população a se deslocar, e assim se elencou três motivos principais responsáveis pela mobilidade, o trabalho, a educação e a sazonalidade de extrativistas. Ademais além da mobilidade para cidades e municípios Paraenses, o movimento sazonal de pescadores foi outro aspecto identificado, que tem por finalidade utilizar os recursos naturais, esse movimento se constitui periódico e de curta duração.

4.1.1 Polos da RESEX MGC com ocorrência de mobilidade

A mobilidade populacional, foi identificada em 14 comunidades, pertencentes aos polos cidade (sede), Caratateua, Boa vista do Iririteua, Candeua, Nazaré do Mocajuba, Ramos e ilha de fora. Ou seja, em pelo menos vinte e cinco famílias, das sessenta e nove visitadas, teve algum morador que realizou mudança para outra cidade, conforme se observa no mapa 4, que retrata a mobilidade na RESEX MGC para municípios e estados.

Mapa 4 - Mobilidade da população da RESEX MGC.



Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de out/2013 a fev./ 2014

4.1.2 Polo Caratateua

No polo Caratateua, se identificou ocorrência de mobilidade em três comunidades da amostra: Caratateua, Araquaim e Pingo d'água. Estas se localizam, no limite com o município de Marapanim as margens da PA-318, ressalta-se que a área pertencente à RESEX MGC, nas comunidades abrange os limites de mangue, de igarapés e de rios.

Figura 5- Artesanato e área de mangue na comunidade de Caratateua



Fonte: Acervo da autora

Em seis famílias deste polo, se registrou ocorrência de saída do local de nascimento, a média foi de duas pessoas por família. Nestas comunidades, as atividades praticadas são a agricultura, com o cultivo de macaxeira, frutas e verduras, e sob a liderança do chefe de família, além da pesca e do artesanato. Ainda que, em algumas destas, se registre a participação de demais componentes da família, sobretudo, os que estão na faixa de idade de 16-19 anos. Portanto, evidencia-se que, além da agricultura, algumas famílias praticam também a pesca artesanal, porém a exploração dos recursos pesqueiros fica a encargo de moradores mais velhos, em média com 58 anos de idade.

Evidenciou-se, que a falta de empregos e serviços educacionais, foi a causa da mobilidade nas comunidades do polo de Caratateua, que atingiu principalmente os filhos, sobrinhos, enteados e irmãos dos entrevistados. Cabe uma ressalva, na qual, houve ausência de informações, referentes ao perfil das pessoas, que se mudaram das comunidades, apenas se buscou enfatizar as razões que motivaram a mobilidade, o lugar de destino e quantificar essas ocorrências.

De tal modo, os lugares de destino foram São Paulo, Castanhal, Marapanim e Porto Velho. Constatou-se que primeiramente um membro da família seguiu em busca de melhores oportunidades, posteriormente outras pessoas acompanharam o mesmo destino.

Quanto à execução de ações e políticas governamentais no polo, situa-se a doação de moradias, o Programa Bolsa Verde e ações de projetos de educação ambiental em parceria com instituições de ensino e de ONG's, e a abertura de vicinais em parceria com a prefeitura do município.

Na comunidade de Caratateua, houve a ocorrência de péssima qualidade da água que abastece as famílias, neste contexto, Silva e Alves (2013) realizaram a investigação sobre a causa de contaminação salina de poços em Caratateua, a partir dos viveiros de carcinicultura da fazenda de Nossa Senhora de Fátima, localizada próxima a comunidade. O resultado mostrou indicações de contaminação salina em áreas próximas ao viveiro de carcinicultura, atingindo dois poços da comunidade.

De tal modo, os moradores que permanecem na RESEX MCG, recebem benefícios diretos de projetos e ações políticas como o PNHR, pois duas famílias foram contempladas com a doação de moradias, uma em Araquaim e outra na comunidade de Caratateua.

4.1.3 Polo Boa Vista de Iriteua

No Polo Boa Vista de Iririteua, que abrange comunidades próximas a PA-318 e da PA-136 a mobilidade atingiu 3 famílias, nas comunidades Cabeceiras, Boa vista do Iririteua e São Pedro, a figura 6, ilustra a praça da comunidade Boa vista de Iriteua. A média foi de 2 pessoas por família. Nestas comunidades pratica-se a agricultura, com o cultivo de mandioca para produção de farinha, pesca e a meliponicultura¹⁷, horticultura e coleta de caranguejo.

A participação dos componentes da família na agricultura ocorre nas faixas de idade de 15-25 e 30-40 anos. Evidencia-se que, a exploração dos recursos pesqueiros geralmente é realizada por moradores mais velhos. A não continuidade de certas atividades socioculturais relacionadas a transmissão de saberes e praticas tradicionais das populações, que vivem nas comunidades que integram a Resex, ocorre com o processo de envelhecimento da população.

¹⁷Criação de abelhas sem ferrão para extração de mel.

Figura 6 - Praça da comunidade Boa vista de Iriteua



Fonte: Acervo da autora

Tal fato, esta relacionado com a descontinuidade do extrativismo pesqueiro pelos jovens na comunidade. Tómas (2008) trata que a pesca é uma das profissões que não conseguem captar as gerações mais novas, pois se trata de um envelhecimento da profissão, justificada pelo elevado risco da atividade ou da baixa rentabilidade no trabalho individual.

A mobilidade foi ocasionada por falta de empregos e serviços educacionais, a ponto de suscitar a mudança das comunidades do polo Boa vista de Iriteua, que atingiu principalmente os filhos e irmãos dos entrevistados que tiveram como cidades de destino Belém, Rio de Janeiro, Vigia, Macapá, Castanhal e Ourém.

Quanto a execução de ações e políticas governamentais no polo, situa-se a doação de moradias, o Programa Bolsa Verde e Bolsa Família. Ademais nas famílias onde houve mobilidade, que no total foram oito, são beneficiadas com algum programa executado como de moradia e/ou apoio inicial (equipamentos para o abastecimento de água que ajuda na agricultura), ou beneficiário do Programa Bolsa Verde.

4.1.4 Polo Candeuca

No polo Candeuca, formado pelas comunidades Candeuca e Murajá, houve mobilidade na comunidade de Murajá em apenas uma família. Nesta comunidade predomina a agricultura, apesar de alguns moradores realizarem o extrativismo pesqueiro, e há a participação de jovens na

agricultura. A causa da mobilidade identificada na comunidade de Murajá foi por trabalho e educação, tal qual o destino foi a cidade de São Paulo. Geralmente a escolha da cidade se deve ao convite de algum parente ou amigo.

A família onde o morador se mudou para São Paulo recebeu moradia e apontou como demanda da comunidade melhorias nas ruas e vicinais e no fornecimento a educação. Identificou-se no polo Candeua problemas com a qualidade da água.

4.1.5 Polo Sede

No polo sede está situada as comunidades sede e Abade, margeadas pelo rio Curuçá, possuem especificidades que as aproximam do urbano¹⁸, pois, neste polo existe a maior concentração populacional, mais de mil domicílios. Onde se concentram os serviços de saúde, bancários, comerciais, educacionais, a ser demandado pelas populações. Sedía também a casa do pescador, local de funcionamento da Associação dos Usuários da RESEX MGC.

Figura 7- RESEX MGC em frente à orla na sede de Curuçá e a Casa do pescador



Fonte: Acervo da autora

A atividade produtiva realizada pelas famílias inclui a agricultura, a pesca e a coleta de caranguejo. É pertinente mencionar que das famílias entrevistadas 67,6% realizam o uso dos recursos na reserva, ademais se enfatiza que na aplicação de questionários foram priorizadas famílias que possuíam alguma relação no contexto da RESEX MGC.

¹⁸ Conforme o censo demográfico do IBGE de 2010, os setores urbanos estão localizados na sede do município e em suas proximidades incluindo a comunidade do Abade.

De tal modo, a busca por trabalho foi a consequência da mobilidade ocorrida para Belém e São Paulo. Entre outros problemas na comunidade identifica-se carências de saneamento e na qualidade da água fornecida pelo sistema de abastecimento da comunidade. As ocorrências de mobilidade na RESEX atingiram duas famílias que foram beneficiadas com a bolsa verde e com habitação.

4.1.6 Polo Nazaré de Mocajuba

As comunidades do polo se localizam entre a PA-136 e o rios Mocajuba e Tijoca, conforme se observa na figura 6, os limites da RESEX MGC margeia o rio e o mangue, que faz fronteira com os limites da RESEX São João da Ponta, no município de mesmo nome.

Figura 8- Rio Mocajuba no limite das RESEX's MGC e São João da Ponta.



Fonte: Acervo da autora

A mobilidade nestas comunidades atingiu cinco famílias. A média foi de duas pessoas por família. As atividades produtivas realizadas pelas famílias nas comunidades são: agricultura e pesca, coleta de caranguejo e a osecultura. A osecultura, cultivo de ostra para comercialização, se apresenta consolidada na comunidade de Lauro Sodré, a partir da Associação de Aquicultores da vila de Lauro Sodré (AQUAVILA). O cultivo de ostras, é realizado no rio Tijoca, tal cultivo conforme Diaz (2013) teve apoio do Serviço Brasileiro de Apoio aos micros e pequenas empresas (SEBRAE) a partir do ano de 2005, onde foram iniciados os experimentos para o cultivo, e hoje é uma das principais fontes de renda das famílias na comunidade.

A razão da mobilidade identificada foi em decorrência unicamente de trabalho. As cidades de destino foram Belém, São Paulo e Rio de Janeiro. Dentre as políticas públicas no polo, houve a concessão de bolsa verde e família, além da participação de um morador no PRONATEC.

4.1.7 Polo Ramos

No polo Ramos, as comunidades Ponta de Ramos e Cajú foram as selecionadas para a amostra. Estas se localizam em ambientes diferentes, pois a comunidade Ponta de Ramos se situa as margens do rio Curuçá, enquanto a comunidade Caju se encontra as margens da PA-318. As famílias costumam realizar a pesca, a agricultura, e pelo extrativismo da madeira preparam artesanatos.

Na comunidade Ponta de Ramos, se registrou a mobilidade para Marituba, por melhor educação, porém após não conseguir a adaptação ao local, houve o retorno a comunidade. Essa ocorrência foi pontual e aconteceu com dois jovens irmãos, que saíram da comunidade de Ramos para o município de Marituba, para morar com seus familiares, objetivando continuar os estudos, no entanto não conseguiram se adaptar as mudanças. O tempo em que passaram foi de 2 a 4 anos, e destaco que, para esse caso foi possível coletar mais informações como a idade que tinham quando saíram de Curuçá, era de 16 e 18 anos.

Esse registro propõe que se inclua a compreensão dos laços de pertencimento, que populações extrativistas mantêm com o lugar onde vivem. Destaca-se ,a perspectiva “sobre os significados e valores modelados pela cultura e estrutura social atribuída a este espaço, no sentido de compreender o sentimento que os homens têm por pertencer a uma determinada região” (LENCIONI, 2009, p.154)¹⁹.

O espaço vivido revela o sentimento de pertencer a uma região e os vínculos construídos com os lugares. Marandola e Hogan (2009,p.174) ressaltam que “os espaços de vida estruturam as interações e permitem olhar para a região a partir da experiência, ajudando a conectar experiências individuais a construções coletivas”. De tal modo, o território compartilhado no cotidiano concebe raízes e laços de pertencimento e símbolos, a tal ponto que no desvendamento dos símbolos se evidencia a riqueza de valores dos lugares e os territórios de vida (RIBEIRO. M; C. MILANI, 2009).

¹⁹Esta noção possui base na perspectiva fenomenológica, tratada por Lencioni (2009), quando relaciona a região e a identidade regional.

Para tanto, se ressalta a doação de moradia e benefícios do Programa Bolsa Verde, para os pais dos jovens, que saíram da comunidade. Importante observar, que hoje um dos jovens que voltou para a comunidade, ajuda seus pais nas atividades com a pesca e com a agricultura.

4.1.8 Polo Ilha de fora Insular

As comunidades de Mutucal, Arapiranga de Fora e Algodual integram o polo, a figura 9 ilustra as comunidades. Nestas comunidades a agricultura e a pesca são as atividades mais praticadas. Neste sentido, a mobilidade registrada foi motivada pelo uso dos recursos pesqueiros, na qual se qualifica como sazonal por descrever um curto tempo de duração. Observou-se a presença de um grupo na comunidade Arapiranga de Fora com a finalidade de explorar o recurso pesqueiro, por meio da coleta de caranguejo, onde permaneceram por um período de quatro meses.

Figura 9 - Escola na comunidade de Algodual e área da RESEX MGC na comunidade Arapiranga de Fora



Fonte: Acervo da autora

As maiorias das famílias recebem benefícios da bolsa família e bolsa verde, especificamente a ocorrência de mobilidade foi registrada na família, que recebeu casa e que também é beneficiada com o programa bolsa verde.

Além disso, neste polo se situa a área onde existe a especulação do terminal portuário Espadarte. Projeta-se para as ilhas de Ipomonga e Mutucal a construção de vias de integração por meio de pontes, a fim de viabilizar produtos do continente até o

porto. Os produtos a serem transportados são minério de ferro, manganês, cobre, ferro gusa e grãos.

Além do terminal Portuário Espadarte, recentemente outro projeto foi planejado para se localizar nesta área, a estação flutuante de transbordo. Esta estação, atracada a um quadro de boias funciona como terminal de transbordo e conforme a empresa responsável pelo projeto, a MMX. Este, apresenta reduzido impacto ambiental, com instalações de baixo custo de implantação, pois as instalações deste terminal se limitam à colocação das boias, e sua fixação por âncoras, amarras e poitas²⁰, de fácil desmobilização.

A região destinatária da construção contempla ampla área de fundeio, e prioritariamente de expressivas profundidades para sua utilização. Esta estação objetiva o carregamento com minério de ferro, em navios, responsáveis pela exportação, onde são abastecidos no porto da empresa MMX em Santana (Amapá) e devem transportar em comboios de barcaças mineraleiras, até Estação de Transbordo Flutuante em Curuçá, ao norte do farol da ilha dos Guarás.

Portanto, caso sejam concretizados, estes empreendimentos vão mobilizar intensos fluxos de serviços, pessoas, e de urbanização na região e por isso, postula-se o grau de risco ambiental e social a que estão vulneráveis as comunidades que integram a Resex, o município e regiões localizadas nas proximidades.

Assim, no contexto de cada polo da Reserva, observou-se um aspecto de mobilidade, que atingiu diversas famílias, e ainda à medida que estas famílias eram beneficiadas com as políticas públicas nas comunidades, as condições para permanecer no local passavam a ser motivadoras. Contudo, a busca por trabalho e educação se constituiu em condicionantes essenciais, haja vista que, as políticas governamentais determinadas para se efetivarem na reserva, não consideram prioritárias a educação nem a geração de emprego, no entanto, tais demandas podem e devem ser geradas como exigência da população extrativista da RESEX MGC, pois executa a difundida “melhoria na qualidade de vida” dessas populações.

Por conseguinte a educação corresponde a uma política setorial, sob a responsabilidade dos governos municipal, estadual ou federal. Ademais o ensino

²⁰ Objeto utilizado para ancorar embarcações, boias, plataformas e funcionam como peso submerso.

educacional, foi um motivo recorrente, sobretudo quando se observa que além de ir buscar emprego, a continuação dos estudos constitui o indicativo de qualificação profissional.

Para além do número de escolas, as condições e qualidade do ensino são primordiais. Silva (2007), assevera que a educação na RESEX é tida como a base estrutural necessária às transformações qualitativas e quantitativas de melhoria de vida das populações e o processo para garantir o uso racional e sustentável dos recursos.

Além do que, a demanda por emprego, mobilizou as pessoas para metrópoles, que possuem a função de atrair força de trabalho, pois dinamizam o fluxo populacional internamente e entre diferentes regiões. A esta questão, se relaciona a não continuidade da profissão dos pais, que anteriormente se evidenciou na extração de recursos pesqueiros.

Outro aspecto identificado foi a mobilidade sazonal, muito frequente nesta região do salgado Paraense, em virtude da disponibilidade de recursos pesqueiros, constatou-se que grupos de pescadores, coletores de caranguejos e marisqueiras são atraídos para lugares e regiões onde os recursos estejam mais disponíveis, no caso que registramos, duas pessoas chegaram a permanecer quatro meses na comunidade Arapiranga de Fora e depois seguiram para outras localidades.

Retoma-se a perspectiva de Bartolomeu et al (2011) que apresenta a existência de um processo migratório de pescadores artesanais como estratégia de sobrevivência, onde o fluxo migratório é fator de desequilíbrio ambiental, e reflexo da escassez do recurso pesqueiro em determinada localidade. Embora estes casos sejam pontuais, não são específicos da RESEX MGC, outras RESEX marinhas do nordeste Paraense identificam essas ocorrências, porém no contexto da pesquisa se inferi a necessidade que a população possui para a mobilidade.

Destarte, a relação entre as políticas públicas implantadas e a mobilidade populacional, determinou que as políticas públicas perpetuadas foram limitadas a ações governamentais federais, a partir da tomada de decisões alheias a necessidade crônica por melhorias na educação e oportunidade de trabalho. Pretende-se destacar, que os programas a nível federal, executado na RESEX MGC, se constituíram em demandas da população, porém a parcela da população que se mudou, apesar de ter sido pequena,

preconizou a necessidade de que as políticas públicas, alcancem também, os setores de educação e geração de emprego e renda.

A seguir se elencou, as demandas dos moradores investigados, com o objetivo de apresentar a real necessidade das populações, que reflete na garantia de serviços básicos como saúde, educação, infraestrutura de circulação e contribuiu para a proposta de uma agenda de pesquisa para auxiliar nas decisões de lideranças e representações na RESEX MGC.

4.2 As demandas das populações extrativistas marinhas da RESEX MGC MGC

A efetivação de Reservas extrativistas a partir da institucionalização de uma demanda social de populações, suscitou determinadas contradições no que diz respeito a valorização da população e ao uso racional dos recursos ambientais, disponíveis nos espaços que foram transformados em RESEX's, entre outras razões se identifica a expansão da pecuarização no interior dos espaços de RESEX's (PANTOJA et al, 2010; CAVALCANTI et al, 2008), o estabelecimento da exploração madeireira (FANTINI; CRISÓSTOMO, 2009). Visto que, Allegretti ²¹ expõem a existência de uma crise conceitual, de políticas públicas e de liderança nas reservas extrativistas criadas, ou seja, o que se constata são alternativas de uso da terra nestas áreas tendo como fator a inoperância dos instrumentos de regulação ambiental.

A fragilidade dos instrumentos, trata em linhas gerais da efetivação destes, pois são assegurados legalmente, no qual resulta da necessidade de que as populações habitantes das comunidades se adaptem ao novo estilo de vida e ao uso dos recursos, por meio de instrumentos reguladores como o plano de utilização. Entretanto, o papel das populações, deve ser a utilização racional de recursos, das novas unidades de conservação e assim permanecer na área com seus modos de vida. Porém, dificilmente as populações contrariam o que vem sendo posto pela ação governamental federal, e tais consequências incitam conflitos, sobretudo, os socioambientais quanto ao uso dos recursos ambientais da reserva.

Neste íterim toma-se a RESEX MGC na qual, as políticas executadas contribuíram para manter a população extrativista na reserva. Haja vista, que os moradores ganharam o direito a

²¹ M. Alegretti. As reservas extrativistas após Chico Mendes. Blog da Amazônia. Disponível em ><http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2008/07/17/as-reservas-extrativistas-apos-chico-mendes/>< Acesso em : 29.10.2014.

melhores condições de moradia e com acesso a benefícios específicos. Ademais a população que se mudou das comunidades necessitavam de outras demandas, que até então não foram priorizadas nas comunidades.

Para tanto, se descreve as demandas das populações, que permaneceram nas comunidades. Uma vez que, as demandas das famílias, que mantiveram residência na RESEX MGC, refletiram as necessidades por melhorias, em infraestrutura de circulação, pois nos períodos de intensas chuvas se encontram ainda mais comprometida, com os ramais de piçarra e lama. Além disto, foram mencionadas, melhorias no abastecimento de água, uma vez que, a questão da qualidade da água, foi acentuada em quatro comunidades, a partir de ocorrências de péssima qualidade no abastecimento das casas. Sobretudo, a presença de quantidade salina, nos poços que abastecem as famílias, colocando em risco a saúde da população.

Esta situação, vislumbra o atendimento à saúde das populações, pois foi outra demanda recorrente. A melhoria no atendimento em Postos de saúde da Família (PSF), visto que, há o registro da existência de posto de saúde em cada polo da RESEX MGC. No entanto, para casos de internação e outras complexidades, recorre-se ao Hospital Municipal de Curuçá ou para municípios como Castanhal e Belém.

Ainda, retrata-se a situação educacional no município, pois não se constituiu apenas como uma demanda das populações, mas foi determinante para o processo mobilidade identificado na reserva. Assim, descreve-se a existência de setenta e uma escolas públicas, com ensino fundamental, sob responsabilidade municipal e estadual (IBGE, 2012). Além do que, se verifica a carência de pessoas com ensino médio completo, todavia, tal fato se deve a existência de apenas três escolas de nível médio, sob atuação estadual.

Um melhor nível de escolaridade das populações, contribui para o entendimento, proposição e intervenção a partir de alternativas aos problemas socioambientais nas comunidades, sobretudo serve para capacitá-los em busca de uma efetiva participação comunitária (SILVA, 2007). Neste ponto, se ressalta a importância da educação no processo de participação das populações na gestão da reserva.

Outra demanda mencionada, foi a geração de renda. Acentua-se a questão de gerar oportunidades, para aumentar a renda das populações, que exploram os recursos pesqueiros ou a agricultura nas comunidades. Apesar da atuação de programas como o PRONAF, muitas famílias

apresentam suas rendas condicionadas ao recebimento de benefícios governamentais, como bolsa verde e família ou ainda aposentadorias.

E assim, constatou-se que na RESEX MGC, há a necessidade de uma demanda mais específica, que expõem a problemática de direito ao uso dos recursos pesqueiros, aceitáveis as normas estabelecidas na unidade, e garantidas alternativas sustentáveis sociais e ambientais, de modo a confrontar a realidade existente na reserva.

Porém, apresenta-se a abordagem sobre mobilidade de Cresswell (2006) que propõem a mobilidade numa visão bem ampla que inclui desde dirigir para o trabalho, sair de férias, explorar e o mais importante conduz os parâmetros para a compreensão do significado da mobilidade:

[...] mobility bears a number of meanings that circulate Widely in the modern Western world. Mobility as progress, as freedom, as opportunity, and as modernity, sit side by side with mobility as shiftlessness, as deviance, and as resistance. Mobility, then, is more central to both the world and our understanding of it than ever before [...](CRESSWELL, 2006.p.2).

Tal abordagem, contribui para refletir a perspectiva do significado da mobilidade na RESEX MGC, pois se enfatiza o significado da mobilidade a partir da reflexão em torno da hipótese de que a existência de emprego e melhores serviços educacionais e de saúde na RESEX MGC, seria suficiente para reter a população na área. Cresswell (2006) nos leva a refletir a mobilidade como um direito, considerando a liberdade de vivenciar novas experiências, ou a busca pelo progresso e condições de se viver em outro lugar ou espaço de modo satisfatório, fato que o lugar de origem não foi capaz de oferecer. De outro modo, coexiste o direito de permanecer na área, mesmo com desafios e a precariedade educacional, de infraestrutura, saneamento, pois os laços de pertencimento com o lugar é o motivo mais expressivo.

De tal modo, a relação entre políticas públicas e a mobilidade populacional em Reserva extrativista, expõem a problemática da função das Reservas extrativistas, para a população e conservação ambiental do local. Uma vez que, houve a contraposição das políticas executadas na reserva versus as carências infraestruturais, de educação, saúde, que vislumbrou a pouca visibilidade das populações extrativistas nas decisões, que definem o quadro de ações e projetos a serem executados na reserva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da RESEX MGC, no município de Curuçá, foi a razão para a execução de políticas específicas para áreas protegidas, que envolveu mudanças, tanto no aspecto ambiental quanto no social. A primeira está relacionada com o uso dos recursos marinhos pelos extrativistas, pois o plano de utilização, ao estabelecer as normas de uso a vigorar no espaço, despertou a ocorrência de conflitos socioambientais, envolvendo a instituição que realiza a gestão da reserva e a população extrativista marinha. Tal fato, pôs em evidência a relação contraditória em âmbito normativo vinculado a unidades de conservação, e a execução do que se estabelece, ou seja, o conflito ocorre, por que alguns extrativistas não cumprem com as normas comportamentais apresentadas no plano de utilização, em contrapartida a fiscalização pelo órgão gestor da reserva atua com medidas de punição.

Contudo, cabe enfatizar a necessidade de reconhecer a existência desse conflito, como um elemento inserido na dinâmica territorial vivenciado em algumas comunidades. Não se pretende abordar considerando um problema sem solução, mas tomá-lo para a realidade e buscar possíveis ações a minimizar e/ou eliminar essas ocorrências, pois vai de encontro com a concepção de RESEX's.

Ademais do ponto de vista social, a implantação dos programas governamentais, como o PNHHR e do Programa Bolsa Verde nas comunidades da RESEX MGC, contribuíram para a doação de moradias e melhorias habitacionais, fornecendo o acesso ao abastecimento de água. Estes programas, se efetivaram e foram determinantes para manter a população nas comunidades garantindo melhorias na habitação. Apesar, das ocorrências de moradias com distribuição irregular, a venda e falhas nas construções decorrentes, sobretudo na etapa inicial das construções das moradias, mas ainda se observou o quanto foi satisfatório para as famílias os benefícios desses programas.

No caso da mobilidade populacional na RESEX MGC, constatou-se que os principais motivos que ocasionaram a mobilidade, tais qual o trabalho e a educação, estiveram ausentes do planejamento de projetos e ações para os primeiros onze anos, após a criação da reserva, mas além do trabalho e educação, as características da mobilidade populacional foram a mobilidade sazonal e a mobilidade de retorno a comunidade, por isso se resgata o sentido de pertencimento e

a ligação com o lugar de origem, que dentre outros fatores foi fundamental para o registro de retorno ao município.

Porém, se evidencia que as carências educacionais, já vêm de longa data e se constitui numa demanda essencial das populações, e assim se destaca, que a responsabilidade pela melhoria na educação engloba a participação do governo municipal e estadual, no entanto, a participação da população é significativa, em reivindicar melhores condições estruturais e na qualidade do ensino das escolas.

De tal modo, convém tratar a hipótese central, de que a execução da política ambiental que defende a proteção das populações, a conservação ambiental, e as ações governamentais implantadas na RESEX MGC, traz como resultado a manutenção da população na área. O desenvolvimento da pesquisa, assevera que foram determinantes para manter a população, no entanto a mobilidade populacional identificada estava relacionada com outras carências das populações, e, portanto, se propõe afirmar que a mobilidade populacional foi em decorrência da ausência de políticas públicas, para os setores de educação e trabalho, mas que, no entanto, não estão diretamente relacionadas, com a efetivação da RESEX MGC no município. Embora corresponda a uma demanda da população extrativista.

Em última instância, ainda que os mecanismos para geração de emprego e renda contribuam para permanência da população na reserva, pois são fontes de financiamentos alternativos de potencialização dos recursos naturais, estes podem não ser suficientes para a fixação da população. Tendo em vista, a necessidade de mobilidade, que a população possui, sobretudo, quando se refere à busca por ascensão econômica, a exploração de recursos pesqueiros, ou almejar uma qualificação profissional numa outra cidade ou estado.

Com base na discussão dos resultados, propõem-se uma agenda de pesquisa para o desenvolvimento, investigação e estudos referentes a questões relacionadas aos conflitos socioambientais existentes na RESEX MGC; políticas específicas para a população jovem nas comunidades, que conforme se indicou na dissertação, é a faixa de idade predominante; e ainda a geração de emprego e renda, para as famílias ou alternativas de uso dos recursos marinhos. Atualmente, existe na reserva, a execução do projeto ATER, que sinaliza para a capacitação dos extrativistas e agricultores, que provavelmente fornecerá, condições para que, as famílias das diversas comunidades, possam investir na produção e comercialização de seus produtos, e

inevitavelmente, melhore a renda dos trabalhadores, resgatando assim, a finalidade e melhor consolidação dos objetivos para o qual a RESEX MGC foi criada.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary. Políticas para uso dos recursos naturais renováveis: A região Amazônica e as atividades extrativas. In: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. (Eds). **Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas sobre o desenvolvimento regional**. Paris: UNESCO, 1994 (Compêndio MAB, 18).

_____. A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba. n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.

_____. **A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. 827 f. Tese (doutorado - Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) Universidade de Brasília, 2002.

ALMEIDA, Alfredo. **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas**. Manaus: PPGAS-UFAM/NSCA-CESTU-UEA Edições. 2010.

BATISTA, I. M. **Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da Resex Mãe Grande de Curuçá**. 2010. 199 f. Dissertação (mestrado) – Planejamento do desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BARTOLOMEU et al . Gestão de Reservas Extrativistas Marinhas e a Mobilidade da Força de Trabalho da Pesca Artesanal na REM Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013, Vitória-ES. **Anais eletrônicos**. Vitória, 2013. Disponível em: http://www.elecs2013.ufpr.br/wp-content/uploads/anais/2011/2011_artigo_084.pdf. Acesso em: 23.09.2014

BECKER, B. **Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamound, 2004.

BOLFARINE.H; BUSSAB.W. **Elementos de amostragem**. São Paulo: E. Blhucher, 2005.

BRASIL. Constituição Federal de 1988; Cap. VI. Art. 225. Disponível em <www.planalto.gov.br/cciv/il_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em Nov. de 2012.

_____. Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 de fevereiro de 2000. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98897.htm. Acesso: 14 Ago.2013

_____. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de julho de 2000. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm> Acesso em: Nov. de 2012.

_____. Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011. Regulamenta dispositivos da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 de setembro de 2011a. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7572.htm> Acesso em: 15 ago. de 2013.

_____. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de outubro de 2011b. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm> Acesso em: 15 ago. de 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria Interministerial MDA/MMA nº 13 de 19 de setembro de 2002.** Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%A7%2013,%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%202002.pdf. Acesso em: 07.09.2014

BRONDIZIO, E. S. Forest Resources, City Services: Globalization, Household Networks, and Urbanization in the Amazon estuary. In MORRISON, K.; HETCH, S.; Padoch, C. (eds). **The Social Life of Forests**. Chicago, IL: The University of Chicago Press. (SD)

CERVO, A. et al. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CAVALCANTI et al. A sustentabilidade das Reservas Extrativistas pela perspectiva da economia ecológica. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campinas-SP. **Anais Eletrônicos**. 2008. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/107262/1/2302.pdf>. Acesso em: 15.10.2014.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COCHAN. W. **Técnicas de amostragem**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1985.

COELHO, M. C.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. A. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J.; COELHO, M. C. (Org). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP). **As Potencialidades do Terminal Marítimo Off-shore do Espadarte**. [2014]. Disponível em: <http://www2.cdp.com.br/forms/espadarte.aspx>. Acesso em: 12.08. 2014

CRESSWELL.T. **On the move: mobility in the modern western world**. New York: Routledge, 2006.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 43-79

CUNHA, L. H. **Reservas extrativistas: Uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade**. NUPAB. 2001. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf>> Acesso em: Março de 2013.

DIAZ, R. P. **As populações pesqueiras e a maricultura: Um olhar sobre os processos de diminuição de recursos pesqueiros no litoral Paraense- RESEX Mãe Grande de Curuçá**. 2013. 99 f. Dissertação (mestrado)-Ecologia Aquática e pesca. Instituto de Ciências Biológicas. Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.

FANTINI, C. A; CRISÓSTOMO, F. C. Conflitos de interesses em torno da exploração madeireira na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, Brasil. **Boletim museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, Belém, v. 4, n. 2, p. 231-246, maio/ago. 2009.

FURTADO, L. Experiências de Desenvolvimento sustentável em comunidades Haliêuticas na Amazônia. In: TEISSERENC et al (Orgs). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

HAGUETTE, Teresa. M. Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEIDEMANN, G. F. Do sonho do progresso as políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, G. F.; SALM, F. J. (Org) **Políticas públicas e desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora UNB. 2010.

HOGAN, J. (Org.). Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2007.

_____. Mobilidade Populacional e meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v 15, 1998

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- **Cidades, 2012**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150290&idtema=117&search=para|curuca|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>> Acesso em 15.08.2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE- **Base de dados, 2014**. Disponível em : <<http://www.icmbio.gov.br/cecav/downloads/mapas.html>>. Acesso em 14.09.2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ESPACIAIS- **Desmatamento em Unidades de Conservação, 2012**. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesuc.php>>. Acesso em 26.06.2014.

_____. **Queimadas e monitoramento de focos**, 2012. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas/>. Acesso em 26.06.2014.

JOHNSON, A.E.; CINER, J.E.; HARDT, M.J.; JACQUET, J.; MCCLANAHAN, T.R.; SANCHIRICO, J.N. Trends, current understanding and future research priorities for artisanal coral reef fisheries research. **Fish and Fisheries**, v. 14, p. 281–292, 2012.

LAHERA. E. P. Políticas y Políticas Públicas. In: SARAVIA. H; FERRAZERI. E (Org) **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber**: Manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1999.

LENCIONE. S. **Região e Geografia**. São Paulo : SM Ed., 2009.

MARANDOLA JÚNIOR, E; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar VS. Vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista de estudos populacionais**. Rio de Janeiro v. 26, n. 2, p. 161-181, jul./dez. 2009.

MARTINE, George (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

MATHEW, S. Small-scale fisheries perspectives on an ecosystem-based approach to fisheries management. In: SINCLAIR, M.; VALDIMARSSON, G. (Eds.). **Responsible Fisheries in the Marine Ecosystem**. CAB International, Wallingford. 2002. p.47-81.

MATAR. F. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas.1993.

PANTOJA. M. et al. A presença de gado em Reservas Extrativistas: Algumas reflexões. **Revista Pós Ciências Sociais**. São Luis v.6, n.12, p. 1-9, 2010.

PROST, C. Resex marinha versus polo naval na baía do Iguape. **Novos Cadernos NAEA**, Belém v. 13, n. 1, p. 47-70, jul. 2010.

RENNER, C.; PATARRA, N.. Migrações. In SANTOS, J. et al. **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: USP, 1980

RIBEIRO. M. T; MILANI. C. R. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar** (ors.). Salvador: EDUFBA, 2009.

RUEDA. R. Reservas extrativistas no Brasil. In: ARAGÓN, E.; CLUSENER-GODT, M. (Org). **Reservas da Biosfera e Reservas Extrativistas**: Conservação da Biodiversidade e Ecodesenvolvimento. Belém : UFPA/UNAMAZ, 1997.

SANTOS. M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, C. Z.; SCHIAVETTI, A. Reservas extrativistas marinhas do Brasil: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. **Boletim Instituto de Pesca**, São Paulo, v.39, n. 4, p.479 - 494, out./dez. 2013.

SARAVIA. H. Introdução a teoria da política pública. In: SARAVIA. H; FERRAZERI. (Org). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006

SEVERINO. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2010

SILVA. C.L; BASSI. S.S. Políticas Publicas e desenvolvimento Local In: SILVA, C. L. **Políticas Públicas e desenvolvimento local- Instrumentos e proposição de análise para o Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2012.

SILVA, B. J. **Política pública, reservas extrativistas e educação: uma discussão a partir da RESEX rio Cajari, sul do estado do Amapá**. 2007. Disponível em: <http://www.educampoparaense.org/arquivo/pdf/Politica%20publica,%20reservas%20extrativistas%20e%20educacao%20uma.pdf>. Acesso em: 18.09.2014.

SILVA. A; ALVES.J. Investigação Geofísica com os métodos Slingram-HLEM e GPR de contaminação salina na Vila de Caratateua, Curuçá-Pará. In: Thirteenth International Congress of the Brazilian Geophysical Society. Riode Janeiro-RJ. **Anais Eletrônico**, 2013. Disponível em : http://sys2.sbgf.org.br/congresso/abstracts/trabalhos/sbgf_4296.pdf . Acesso em 30.10.2014.

SISTEMA de busca e pesquisa já está disponível no site. **Bolsa Verde: Informativo do Programa de Apoio à Conservação Ambiental**, Brasília, v. 2, n. 2, março de 2013. Disponível em: http://www.ambiente.gov.br/images/arquivo/80088/bolsa%20verde_ano_2_2_mar_13-1.pdf. Acesso em: 09 set. 2014.

SOUZA. C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> - Acesso em Jun. 2013.

TÓMAS. L. M. O envelhecimento sócio-profissional entre saberes, afazeres e pareceres. In: VI Congresso Português de Sociologia - Mundos sociais: Saberes e Práticas. Universidade de Açores, 2008. **Anais Eletrônicos**. Disponível em< <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/276.pdf>> Acesso em 15.10.2014

TORRES. S. **Envelhecimento e pesca: redes sociais no estuário amazônico**. Belém : Cejup, 2004. (Coleção Megam, 3)

ANEXO

ANEXO A- PLANO DE UTILIZAÇÃO DA RESEX MGC

PLANO DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

FINALIDADES DO PLANO

1. Este Plano de Utilização objetiva o uso auto-sustentável da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá, mediante a regulamentação do uso dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos extrativistas, no que diz respeito às condições técnicas e legais para a exploração racional da fauna marinha. Está aqui contida a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos extrativistas, bem como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir à legislação sobre o meio ambiente.
2. Objetiva ainda este conjunto de regras manifestar ao IBAMA, o compromisso dos extrativistas de respeitar a Legislação Ambiental e o Plano de Utilização e ao mesmo tempo oferecer àquele Instituto um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos.
3. O presente Plano de Utilização tem como finalidade servir de guia para que os extrativistas realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social.

RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO PLANO

4. Todos os extrativistas, na qualidade de co-autores e co-gestores na administração da RESEX são responsáveis pela execução deste Plano, sendo de forma mais direta a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá – AUREMAG – quem responde pelo plano.
5. A responsabilidade de resolver os problemas decorrentes da execução deste Plano será do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá e do IBAMA dependendo da situação.
6. O não cumprimento deste Plano significa quebra do compromisso dos extrativistas de utilizar a reserva de modo a conservá-la para os filhos e netos, tal como a receberam, e resultará na perda do direito de uso por parte do infrator, nos termos das penalidades estabelecidas neste Plano.

INTERVENÇÕES NOS AMBIENTES QUE COMPÕE A RESEX

7. As Ilhas, Os rios, igarapés, baías, praias e manguezais Incluídos dentro da área delimitada pelas coordenadas do memorial descritivo, são áreas de uso comum da reserva, (vide Decreto de Criação e mapa em anexo), desta unidade extrativista, respeitando a tradição de pesca e recorrendo-se à Associação e à Comissão de Proteção da Reserva para resolver as questões que porventura existirem entre moradores.
 - 7.1- A Comissão de Proteção da Reserva deverá ser criada e coordenada pelo conselho deliberativo, que deverá indicar a sua composição e atribuições.
 - 7.2- Esta comissão deverá ser apresentada ao IBAMA para que este possa instruir os participantes sobre os aspectos técnicos, legais e administrativos, fornecendo-lhes inclusive identificação.

INTERVENÇÕES NOS RECURSOS NATURAIS DA RESEX E SEU ENTORNO.

8. Não será permitido na Resex o desmatamento, corte das raízes, retiradas de casca de mangue, devendo ser obedecida a legislação que trata do assunto.
9. Não será permitido na Resex o uso de Timbó ou outras substâncias tóxicas, devendo ser obedecida a legislação que trata do assunto.
10. Fica proibida a exploração de recursos minerais (pedras, areias e seixos rolados) na área da Resex
11. Não será permitida a captura de aves, coletas de ovos e destruição dos ninhais na área da Resex.
12. Fica proibida a captura de Répteis (jacarés, camaleões e tartarugas) na área da Resex.
13. Fica proibida a captura de Mamíferos (Macacos, Botos e Quaxunins) na área da Resex
- 13.1- Qualquer atividade ou projeto que pretenda manejar fauna silvestre deverá ser encaminhado para análise do IBAMA e posteriormente contemplado pelo Plano de Manejo da Resex.

ATIVIDADES DE PESCA PERMITIDAS NA RESEX

14. Fica definida a pesca artesanal como a modalidade de pesca permitida em toda a área da Reserva, sendo que apenas os usuários cadastrados poderão praticar esta atividade, de acordo com as leis ambientais e os itens deste Plano. Também será permitida aos usuários a extração do caranguejo e outros mariscos nos manguezais da reserva, desde que observada a legislação e os itens desta regra.

15. Fica proibido qualquer tipo de pesca predatória na área da Reserva, bem como a modalidade de pesca industrial. As formas de captura predatória do caranguejo também estão proibidas.

16. A pesca esportiva será permitida desde que devidamente autorizada e regulamentada.

17. Os apetrechos de pesca permitidos na Reserva são:

Tarrafa pesqueira, com manha superior a 60 mm (sessenta milímetros) entre ângulos opostos de malha esticada;

Tarrafa isqueira de até um metro de comprimento e malha de 15 mm (quinze milímetros) entre ângulos opostos da malha esticada;

Tarrafa camaroeira de até três metros de comprimento e malha de 20 mm (vinte milímetros) entre ângulos opostos da malha esticada;

Rede camaroeira de até cinco metros de comprimento e malha de 25 mm (vinte e cinco milímetros) entre ângulos opostos da malha esticada;

Canião e linha de mão;

Anzol com linha ou espinhel, sendo que cada pescador poderá ter no máximo 200 anzóis por espinhel;

Currais, espaçamento de 40mm (quarenta milímetros) possuindo nas enfiás 100 metros de comprimento com abertura de 150 metros;

Puçá para arrasto de camarão, malha no saco túnel de 15mm (quinze milímetros) entre ângulos opostos de malha esticada;

industrialização e comercialização de fêmeas de caranguejos, da espécie *Ucides cordatus*.

18.4. Fica proibido, em qualquer época do ano, a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e comercialização de qualquer indivíduo de caranguejo da espécie *Ucides cordatus* com largura de carapaça inferior a 6,0 cm, medida no dorso de uma margem lateral à outra.

18.5. É proibidas a captura com a retirada de partes isoladas (quelas, pinças, garras ou patas) da espécie *Ucides cordatus*.

18.6. É permitida a captura de caranguejos da espécie *Ucides cordatus* somente pelo método de Braceamento com auxílio de gancho.

18.7. Os extrativistas têm o direito de pescar e mariscar no estuário para seu consumo e comercialização, mediante plano de manejo (a ser realizado) que determine a capacidade de produção sustentável e conforme norma aprovada.

18.8. Animais como ostra, marisco da lama e caranguejo, poderão ser retirados do mangue, para consumo dos extrativistas, e sua comercialização só poderá ser feita mediante estudo que assegure a capacidade de produção sustentável.

18.9. Fica permitida a implantação de cultivos marinhos tradicionais no estuário, mediante a elaboração e apresentação de Projeto ao IBAMA, para análise, e aprovação do Conselho Deliberativo da Reserva que não causem: desmatamento na cobertura vegetal (mangue), retirada de sedimento, mudanças no fluxo das marés e cursos de rios e igarapés, e que usem apenas espécies nativas.

19. Zonas Protegidas:

19.1. São consideradas zonas protegidas, áreas onde ficam vedadas a extração de qualquer recurso biológico e visitação. A estas áreas é permitido apenas, o desenvolvimento de pesquisas científicas, que serão devidamente avaliadas e autorizadas pelo IBAMA e Conselho Deliberativo da RESEX. Estas áreas são consideradas estoques biológicos, que irão garantir a manutenção das espécies ao longo do tempo.

19.1.1. São zonas protegidas as seguintes áreas:

- Boca do Furo do Iriteua (Ilha de Fora)
- Lago Pernambuco
- Ilha do Rato (Mutucal)
- Lago do Rio Quente (entorno-estrada)
- Ilha do Pomonga
- Ilha do Pindobal
- Ilha do Pacamorema
- Lago do Pinheiro

20. Zonas de Uso Restrito:

- 20.1 São consideradas zonas de uso restrito, áreas onde ficam vedados alguns tipos de práticas de pesca específica, ou a captura de alguns tipos de recursos pesqueiros específicos. São consideradas as seguintes áreas de uso restrito:
- As cabeceiras dos rios
 - Os poços de criação
- 20.2. Fica proibida a caça profissional nos rios, igarapés, furos e no manguezal na área da RESEX. e entorno.
- 20.3. Em todos aqueles casos em que se julgar necessário para a devida proteção dos recursos pesqueiros, o IBAMA fixará o número máximo de extrativistas, tipos de métodos de pesca, períodos e locais a serem designados, para a exploração de espécies que requeiram esta limitação.

LICENCIAMENTO PARA EXTRATIVISMO

21. Licença para extrativismo:

- 21.1. A licença para a exploração de espécies marinhas no estuário da Reserva somente será permitida ao extrativista cadastrado no IBAMA e na AUREMAG, que deverá obrigatoriamente portar sua credencial emitida pelo IBAMA e pela AUREMAG, sempre que estiver exercendo atividade extrativista no interior da Reserva.
- 21.2. O IBAMA e a AUREMAG manterão atualizados os registros dos aparelhos de pesca, assim como dos extrativistas, credenciados nas seguintes categorias, assim definidas: Categoria A: Extrativistas que têm a pesca como única fonte de renda familiar, indispensável à sua sobrevivência.
Aos extrativistas cadastrados nesta categoria, é permitido votar nas assembleias da RESEX.
- Categoria B: Extrativistas que pescam e complementam sua renda familiar com outras atividades econômicas.
Aos extrativistas cadastrados nesta categoria, não é permitido votar nas assembleias da RESEX.
- Categoria C: Extrativista que tem a pesca como atividade complementar de sua renda familiar, não sendo a pesca a principal atividade econômica.
Aos extrativistas cadastrados nesta categoria, não é permitido votar nas assembleias da RESEX.
- Categoria D: Extrativista que pratica a pesca como lazer e de forma amadora. Aos extrativistas desta categoria só serão permitidos a pesca de linha e anzol, de caniço simples e caniço com molinete. Aos extrativistas desta categoria, fica proibida a venda dos pescados extraídos na RESEX.
A AUREMAG poderá estabelecer taxas pela concessão de autorização de captura a esses usuários, desde que obtenham anuência prévia do Conselho Deliberativo.
- 21.3. As solicitações de mudanças de categorias para os usuários da RESEX devem ser encaminhadas primeiramente a AUREMAG, com posterior apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.
- 21.4 Credenciamento de Embarcações:
- 21.4.1 Todas as embarcações que pratiquem a pesca na RESEX de Curuçá devem estar devidamente regularizadas como embarcações pesqueiras na Marinha do Brasil.
- 21.4.2. Todas as embarcações pratiquem a pesca na RESEX de Curuçá, devem pertencer e ser operadas por pescadores credenciados na RESEX.
- 21.5. A quantidade máxima de embarcações permitida na Resex deverá ser regulada através de estudos e orientada pelo Plano de Manejo da Resex, respeitando a capacidade dos ambientes e recursos.
- 21.6. Os proprietários de embarcações que utilizam a área da Resex para turismo e lazer deverão fazer seu cadastro junto à AUREMAG.
- 21.7. A AUREMAG poderá estabelecer taxas pela concessão de autorização para embarcações para turismo e lazer, desde que obtenham anuência prévia do Conselho Deliberativo.
- 21.8. A cada extrativista devidamente cadastrado na RESEX é permitido o cadastramento de um número máximo de duas embarcações. Os tipos de embarcações com uso permitido na RESEX são:
- a) canoas com comprimento de 4 metros sem motor;

b) Embarcação motorizada de no máximo 12 metros de comprimento, uma por pescador.

21.9. O credenciamento de novas embarcações junto a AUREMAG, está condicionado ao cumprimento das normas acima e avaliação e endosso do CNPT/IBAMA.

FISCALIZAÇÃO DA RESERVA

22. Cada extrativista é um fiscal da Reserva, cabendo a qualquer um a obrigação de denunciar a AUREMAG, ao IBAMA, Delegacia Especializada em Meio Ambiente-DEMA e à Polícia Ambiental ou outro órgão competente as irregularidades que estejam sendo praticadas dentro ou no entorno da Reserva.

23. A fiscalização e proteção da Reserva serão realizadas por uma Comissão de Proteção da Reserva composta por membros das organizações extrativistas, fiscais do IBAMA, juntamente com outros Órgãos e Agentes Voluntários.

24. Caberá também ao Conselho Deliberativo, auxiliar na fiscalização ficando com a incumbência de orientar as diretorias das organizações extrativistas, e deliberar sobre penalidades ao não cumprimento das ações de fiscalização.

25. As organizações extrativistas orientarão seus associados para que o Plano de Utilização seja cumprido e respeitado.

PENALIDADE

26. Ao não cumprimento de qualquer uma das normas constantes do presente conjunto de regras, fica o infrator no ato da comprovação da irregularidade, sujeito às seguintes penalidades, julgadas e aplicadas pelo Conselho Deliberativo da RESEX:

a) Advertência verbal pelas autoridades legalmente constituídas para a finalidade de fiscalização da RESEX.

b) Reincidindo, advertência por escrito pelas autoridades legalmente constituídas para a finalidade de fiscalização da RESEX.

c) Na terceira infração, o extrativista terá o cadastro suspenso por 15 dias, ficando proibido o exercício de qualquer atividade extrativista dentro da RESEX.

d) Na quarta, o extrativista terá o cadastro suspenso por 60 dias, ficando proibido o exercício de qualquer atividade extrativista dentro da RESEX.

e) Na quinta, o extrativista terá o cadastro suspenso por 90 dias, ficando proibido o exercício de qualquer atividade extrativista dentro da RESEX.

g) Na sexta, o extrativista estará sujeito à perda definitiva do cadastro. A punição, neste caso, será decidida e efetivada em reunião da Assembléia da RESEX.

27 O extrativista que considerar injusta alguma penalidade que lhe for imposta, poderá recorrer ao Conselho Deliberativo da Reserva.

28. Além das punições constantes deste Plano os extrativistas e suas organizações estão sujeitos às penas da Lei Ambiental.

MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

29. As entidades que participam da gestão da RESEX de Curuçá, devem priorizar programas de capacitação, políticas públicas e projetos que contemplem as necessidades, aptidões e potencialidades das comunidades e dos ambientes que compõem esta unidade extrativista, com objetivo de desenvolver ações visando à melhoria da qualidade de vida, no que se refere à produção e geração de renda, saúde, educação, habitação, saneamento básico, lazer e cultura.

DISPOSIÇÕES GERAIS

30. Será obrigatório o fornecimento de informações e amostras biológicas sempre que solicitadas pelo IBAMA para o controle e avaliação dos Planos de Manejo.

31. Após um ano de funcionamento do presente Plano de Utilização estará sujeita a modificações, quando solicitadas, discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

32. O presente Plano de Utilização fica sujeita a alterações de qualquer de suas normas, sempre que o aparecimento de novos conhecimentos e novas tecnologias possa contribuir para a melhoria do processo de consolidação da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá, ou a qualquer tempo, seja por problemas causados por ocasião da execução do próprio Plano de Utilização.
33. As propostas para alterações no Plano de Utilização poderão ser feitas, ao Conselho Deliberativo, formalmente pelos grupos de extrativistas que desenvolvem atividades na Reserva e suas Organizações, e se acatada pelo Conselho, serão encaminhadas para o IBAMA para análise e aprovação, das questões técnicas e legais.
34. As propostas de alteração do Plano de Utilização não podem entrar em conflito com as finalidades e filosofia da Reserva.
35. O não cumprimento do presente Plano de Utilização significa quebra de compromisso e resultará na perda do direito de utilizar a reserva, nos termos e penalidades estabelecidas neste Plano.
36. Por razões de ordem técnica este Plano de Utilização poderá ser, em qualquer tempo, suspensos, restringidos ou condicionados pelo IBAMA.
37. A pesquisa, fotografia, filmagens e coleta de material genético no interior da reserva só poderão ser realizadas mediante a autorização do IBAMA, conforme regulamento próprio.

Curuçá, 21 de outubro de 2005

APÊNDICE

APENDICE A- QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE

Esta pesquisa tem o objetivo: Identificar fluxos populacionais e conhecer o quadro sociocultural da população das comunidades que integram a Resex marinha Mãe Grande de Curuçá, tendo por finalidade a construção da dissertação intitulada: “Espaço políticas públicas e mobilidade populacional na Reserva Extrativista marinha Mãe Grande de Curuçá”.

Este estudo é exclusivamente acadêmico. As respostas serão tratadas de forma confidencial e os dados serão relatados apenas de forma agregada.

Agradecemos sua participação.

FILTRO: A ENTREVISTA DEVE SER REALIZADA APENAS COM O RESPONSÁVEL PELO DOMICILIO.

Data: ___/___/201__	Hora: _____	No. do questionário _____
1.0) Nome da comunidade:		
1.2) Nome completo do entrevistado (Escrever apelido se tiver)		1.3) Contato telefônico: _____

P1. No. de pessoas	P2. SEXO	P3. Qual a sua idade?	P4. Estudou até que série?	P5. Local de nascimento?	P6. Há quantos anos mora aqui?	P7. Trabalha em alguma atividade na Resex?	P8. Participa de associações e/ou cooperativa, Sindicatos ou Colônia do pescador?
(Anotar)	1. Mas-M 2. Fem-F	(anotar)	Anotar	Cidade e Estado (se for de Curuçá, perguntar qual a comunidade)	Anotar	1. Sim 2. Não (Se Sim, qual?)	1. Sim 2. Não (Se Sim, qual?)
Pessoa 1							
Pessoa 2							
Pessoa 3							
Pessoa 4							
Pessoa 5							
Pessoa 6							
Pessoa 7							
Pessoa 8							
Pessoa 9							
Pessoa 10							
Pessoa 11							
Pessoa 12							
Pessoa 13							
Pessoa 14							
Pessoa 15							

P.10 Quais programas públicos governamentais a(s) família(s) que mora na casa é beneficiada?

P.11. As políticas públicas implantadas na Resex MGC trouxeram melhorias para sua comunidade e/ou família? Porque?

P.12 O senhor (a) participa de reuniões que se destinam a discutir e decidir as políticas públicas (projetos de capacitação, renda, e/ou programas) a serem implantados na Resex? Por que?

P.13 O senhor (a) acredita que falta alguma política pública que venha melhorar as condições de vida de sua família e da comunidade? Qual seria?

P.14 Nos últimos dez anos alguém da casa foi morar em outra comunidade, e/ou cidade, estado ou país? (Se a resposta for *NÃO* pular para a questão **P.19**)

P.15 Quantos foram? Quem é (filhos, sobrinhos, netos...)? Para onde se mudaram?

P.16 Quando tempo faz?

P.17 Por qual motivo foi ou (foram) embora?

P.18 E nunca mais retornaram na comunidade?

P.19 Nos últimos dez anos alguém na casa veio de outra comunidade, e/ou cidade, município, estado ou País para morar aqui? (Se a resposta for *NÃO* pular para a questão **P.21**)

P.20 Quantos vieram? Quem é (filhos, sobrinhos, netos, primos...)?

P.21 Qual motivo os trouxe? Pretendem ficar por quanto tempo?

P.22 Nos últimos dez anos *nasceu* alguma criança nesta casa? Sim () Não ()
Quantas? _____

P.23 Nos últimos dez anos, *morreu* algum morador desta casa?() Sim () Não

P.24 Qual foi a causa da morte? _____

P.25 Para o Senhor (a) houve mudanças na sua vida após a criação da Resex MGC? Quais?

P.26 Sua comunidade já foi consultada sobre a instalação dos empreendimentos Portuários que almejam se instalar na área (Porto Espadarte e a Estação de transbordo Flutuante)?

() Sim () Não. Se sim, quem fez a consulta?

P.27 Existe algum motivo que levaria o Senhor (a) a se mudar para outra comunidade ou município? Qual?

RENDA

P.29 Alguém na sua casa recebe as rendas abaixo? [preencher para pais, filhos e agregados]

	Recebe?	Quantas pessoas?	Valor?	Frequência [Mês, Ano]	Desde que ano?
Salário	S N				
Aposentadoria	S N				
Seguro Defeso	S N				
Bolsa Família	S N				
Benefício saúde	S N				
Bolsa Verde	S N				
Outros	S N				

P.30 Qual a sua atividade profissional?

a) Agricultura (Especificar) qual? _____	() Para vender () consumo () os dois
b) Pesca (Especificar) tipo _____	() Para vender () consumo () os dois
c) Extrativismo (Especificar) tipo _____	() Para vender () consumo () os dois
d) Serviço Público (Especificar o cargo) _____	
Outras:	
Trabalha nessa atividade a quanto tempo?	
Local (onde realiza a atividade)?	

P.31 Quanto aos recursos pesqueiros (camarões, caranguejos, peixes...) nestes últimos dez anos o Senhor (a) percebe mudanças na disponibilidade (quantidade)? Quais?

P.32 O senhor (a) participa de algum programa ou projeto que ofereça alternativas sustentáveis para o uso dos recursos pesqueiros da Resex MGC? Qual? Há quanto tempo?

SOCIOCULTURAL

P. 33 Existe alguma manifestação cultural (festa, cerimônia, artesanato, música, pintura) que faça referência à relação da comunidade com a natureza (preservação)? Qual? Você participa dessa manifestação? Por quê?

P.34 Participa de algum grupo ou organização cultural que defenda a proteção dos manguezais? Qual? Há quanto tempo?

P.35 A família costuma utilizar plantas medicinais no tratamento de enfermidades?
() Sim Não (). (Se a resposta for *sim*) Pratica a quanto tempo?_____ Com que frequência?_____

INFRA-ESTRUTURA (Abastecimento de água, saúde e saneamento)

P.36 De onde vem a água que a família usa? Há quanto tempo? Qual a qualidade dessa água?

P.37 A família recebe atendimento pelo sistema público de saúde? Onde? Qual a qualidade do atendimento?

P.38 Sr (a) sabe para onde vão as fezes que saem de sua casa? () SIM () NÃO. (Se sim) Para onde vão as fezes que saem de sua casa?
() Fossa séptica () Fossa rudimentar ()Igarapé, rio, lago ou canal () Solo()Rua ()vala () Rede de esgoto ()Outro _____

P.39 No domicílio existe energia elétrica? () Sim () Não
(Se sim) Há quanto tempo?_____

P.40 Qual o destino do lixo produzido na sua casa?

Agradeço sua participação.